



**PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

TERMO DE REFERÊNCIA

(Art. 6º, Inciso XXIII; Art. 40º, §1º, Incisos I ao III da Lei 14.133/2021).

1. INTRODUÇÃO:

1.1. O presente Termo de Referência tem por finalidade estabelecer os elementos técnicos e administrativos necessários à contratação de empresa especializada para prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas, compreendendo desinsetização, desratização, dedetização, descupinização e desalojamento/manejo de pombos, morcegos, maritacas e demais animais sinantrópicos, conforme caracterização da necessidade constante no Estudo Técnico Preliminar do Processo Administrativo nº 4037/2026, elaborado nos termos do art. 18, §1º da Lei nº 14.133/2021

1.2. A contratação será procedida por licitação, pela modalidade **Pregão Eletrônico**, fundamentado no **Art. 6º Inciso XLI, Art. 17º §2 e Art. 28 Inciso I da Lei nº 14.133/2021**, a qual institui normas para licitações e contratos administrativos que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns.

1.2.1. A escolha da modalidade de Pregão Eletrônico para a realização deste processo licitatório justifica-se pela maior rapidez em sua execução e pela possibilidade de se obter preços mais vantajosos pela Administração, pela probabilidade que têm os licitantes de reduzir preços durante a disputa licitatória (**Art. 18º Inciso VIII da lei 14.133/21**).

1.3. O julgamento das Propostas de Preços dar-se-á pelo critério de **menor preço global**, desde que perfeitamente exequíveis e observadas às especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos **neste Instrumento**.

2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 6º Inciso XXIII Alínea j; Art. 92º Inciso VIII da Lei

Órgão	04 - Secretaria Municipal de Administração
Unid. Orçamentária	04.001 - Secretaria Municipal de Administração
Função	04 - Administração
Subfunção	122 – Administração Geral
Projeto/Atividade	2070 – Recursos não Vinculados de Impostos - Exercício





PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	Corrente
Natureza da Despesa	3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte de Recurso	15000000000 -

2.1 A contratação encontra-se compatível com a previsão orçamentária da Secretaria Municipal de Administração – SEMAD, sendo a respectiva reserva de dotação orçamentária juntada aos autos do Processo Administrativo nº 4037/2026, em observância à Instrução Normativa Conjunta nº 003/2024/CGM/PGM.

3. OBJETO (Art. 6º Inciso XXIII Alínea a; Art. 18º Inciso II; Art. 40º §1º Inciso I da Lei 14.133/2021):

3.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas, compreendendo desinsetização, desratização, dedetização, descupinização e desalojamento/manejo de pombos, morcegos, maritacas e demais animais sinantrópicos.

3.2. A descrição pormenorizada do Objeto encontra-se descrita no **item 7.1 deste Instrumento**.

3.3. Não se aplica o parcelamento do objeto previsto no art. 47, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que os serviços de controle de vetores e pragas urbanas possuem natureza contínua, integrada e interdependente, sendo tecnicamente e operacionalmente mais vantajosa a execução por única empresa contratada. O fracionamento da contratação poderia comprometer a padronização dos procedimentos, a eficiência da execução, o controle dos resultados, a fiscalização contratual e a adequada manutenção das condições sanitárias dos prédios públicos municipais, além de gerar dificuldades operacionais e aumento dos custos administrativos para a Administração Pública.

4. JUSTIFICATIVA (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea b da Lei 14.133/2021):

4.1. A contratação justifica-se pela necessidade de assegurar condições adequadas de higiene, salubridade e segurança sanitária nos prédios públicos municipais, mediante a execução contínua de serviços especializados de controle de vetores e pragas urbanas. A ausência de medidas preventivas e corretivas adequadas pode ocasionar proliferação de insetos, roedores, cupins, morcegos, pombos e demais pragas urbanas, comprometendo a saúde dos servidores e





PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

usuários dos serviços públicos, além de causar danos estruturais aos imóveis públicos e prejuízos ao regular funcionamento das atividades administrativas. O Estudo Técnico Preliminar demonstrou que a contratação de empresa especializada constitui a solução mais adequada e eficiente para atendimento da demanda administrativa, considerando a necessidade de utilização de mão de obra qualificada, equipamentos específicos, produtos devidamente registrados nos órgãos competentes e observância às normas sanitárias, ambientais e de segurança aplicáveis ao objeto. Além disso, a contratação proporciona maior eficiência operacional, redução de riscos sanitários e melhor custo-benefício à Administração Pública a médio e longo prazo.

4.2. A presente demanda decorre da necessidade de manutenção das condições sanitárias dos prédios públicos administrados pela SEMAD, constituindo contratação indispensável à preservação da saúde dos servidores e usuários dos serviços públicos, razão pela qual sua execução mostra-se necessária independentemente de previsão específica no Plano de Contratações Anual, observados os princípios da continuidade do serviço público, eficiência e interesse público.

5. CLASSIFICAÇÃO DO BEM COMUM (Art. 6º Inciso XIII; Art. 20º; Art. 29º da Lei 14.133/2021; Decreto Municipal 59.677/23):

5.1. O objeto enquadra-se na classificação de qualidade comum por apresentar padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos no ato convocatório e no presente **Termo de Referência**, por meio de especificações usuais do mercado e executada por grande número de empresas e Instituições do mercado, sem especificações técnicas complexas. (Art. 29º da Lei nº 14.133/21).

6. ESTIMATIVA DE CONSUMO (Art. 12º Inciso VII da lei 14.133/21):

6.1. A demanda foi inicialmente formalizada pelo Almoxarifado Central, considerando a necessidade contínua de manutenção das condições adequadas de higiene, salubridade e segurança sanitária nas unidades administrativas vinculadas à Secretaria Municipal de Administração. Contudo, verificou-se que a SEMAD é responsável pela manutenção e gestão de diversos setores integrantes do Paço Municipal, incluindo o Almoxarifado Central, a Junta Médica e demais unidades administrativas sob sua responsabilidade, razão pela qual a presente contratação deverá atender, de forma ampla, todos os setores vinculados à Secretaria





**PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

que demandem serviços de controle de vetores e pragas urbanas.

6.2. Os quantitativos e especificações dos serviços foram definidos com base na metragem das áreas internas e externas dos prédios públicos a serem atendidos, conforme levantamento realizado pela Administração e descrito no item correspondente deste Instrumento. As quantidades e especificações dos equipamentos encontram-se descritas no **item 7.1 deste Instrumento**.

7. ESTIMATIVA DE VALOR (Art. 12º Inciso II; Art. 18º Inciso IV da Lei 14.133/21):

7.1 A estimativa de valor da presente contratação foi elaborada em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021, com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021 e demais normas aplicáveis, mediante pesquisa de preços realizada junto ao Banco de Preços, utilizando-se contratações públicas similares compatíveis com o objeto pretendido.

Foram analisadas referências relativas à prestação de serviços de desinsetização, desratização, dedetização, descupinização e controle de pragas urbanas em geral, considerando objetos com características operacionais compatíveis, incluindo fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos, insumos e execução dos serviços especializados.

A metodologia adotada observou os parâmetros técnicos necessários para obtenção de estimativa idônea e compatível com a realidade mercadológica, considerando a similaridade dos serviços contratados, a natureza contínua do objeto, as especificidades operacionais da Administração Pública e as condições usuais praticadas no mercado especializado, visando assegurar a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

COTA EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – ME/EPP, nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006 e do Decreto Municipal nº 59.678/2023.

Cód	Descrição	Unid.	Quant.	Média	Preço Total
-----	-----------	-------	--------	-------	-------------





PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

130003/99	Prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas, compreendendo desinsetização, desratização, dedetização, descupinização e desalojamento/manejo de pombos, morcegos, maritacas e demais animais sinantrópicos, em áreas internas e externas do Paço Municipal, Junta Médica/SESMT e Almoxarifado Central, incluindo fornecimento de mão de obra qualificada, materiais, equipamentos, ferramentas, insumos e produtos necessários à execução dos serviços, com aplicações semestrais durante a vigência contratual, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência.	m ²	124.604,00	R\$ 0,30	R\$ 37.381,20
					R\$ 37.381,20

7.1.1. O quantitativo estimado de 124.604,00 m² foi definido com base no levantamento técnico das áreas internas e externas dos prédios públicos vinculados à Secretaria Municipal de Administração que necessitam da execução dos serviços de controle de vetores e pragas urbanas. A estimativa considera a metragem total aproximada de 31.151,00 m² por aplicação, multiplicada pela quantidade prevista de 04 (quatro) aplicações periódicas durante o período contratual estimado para fins de composição dos quantitativos e da estimativa de preços, visando assegurar a manutenção contínua das condições adequadas de higiene, salubridade e segurança sanitária dos ambientes públicos atendidos.

8. FORMA, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA (Art. 18º Inciso III; Art. 40º, §1º, Inciso II da Lei 14.133/21):





PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

8.1. A execução dos serviços deverá ocorrer conforme cronograma estabelecido pela Secretaria Municipal de Administração, mediante emissão de Ordem de Serviço ou instrumento equivalente, observando-se os prazos e periodicidades definidos neste Termo de Referência e nas necessidades operacionais da Administração Pública.

8.2. Os serviços serão executados nos prédios públicos vinculados à Secretaria Municipal de Administração, incluindo o Paço Municipal, Almoxarifado Central, Junta Médica e demais unidades administrativas sob responsabilidade da SEMAD, localizados no Município de Vilhena/RO, em dias e horários previamente definidos pela Administração, preferencialmente em períodos que minimizem impactos ao funcionamento das atividades administrativas.

8.3. Todo e qualquer ônus decorrente da execução dos serviços, inclusive transporte, deslocamento de equipes, fornecimento de mão de obra, equipamentos, ferramentas, materiais, insumos, produtos saneantes e equipamentos de proteção individual, será de inteira responsabilidade da CONTRATADA, não cabendo à Administração Pública qualquer responsabilidade complementar relacionada à operacionalização dos serviços.

8.4. A CONTRATADA deverá executar os serviços utilizando produtos devidamente registrados nos órgãos competentes, observando integralmente as normas sanitárias, ambientais e de segurança aplicáveis ao objeto, responsabilizando-se pela adequada aplicação dos produtos, destinação de resíduos eventualmente gerados e adoção das medidas necessárias à segurança dos servidores, usuários e ambientes atendidos.

8.5. Após cada aplicação, a CONTRATADA deverá fornecer relatório ou comprovante de execução dos serviços, contendo, no mínimo, a identificação dos locais atendidos, produtos utilizados, métodos aplicados, data de execução e orientações técnicas pertinentes, para fins de acompanhamento e fiscalização contratual.

9. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS (Art. 92º Inciso VII da Lei 14.133/21):

9.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente pela fiscalização contratual após a conclusão de cada aplicação, mediante verificação preliminar da execução dos serviços, apresentação do relatório técnico e conferência da metragem efetivamente atendida.

9.2. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório, mediante verificação da conformidade dos serviços executados com as especificações constantes neste Termo de Referência, relatório técnico apresentado, produtos utilizados e condições de execução contratual.





**PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

9.3. A fiscalização contratual poderá rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as especificações técnicas, normas sanitárias, ambientais, de segurança ou demais exigências previstas neste Termo de Referência.

9.4 Constatadas irregularidades, falhas, insuficiência técnica, reaparecimento precoce de pragas ou qualquer desconformidade na execução contratual, a CONTRATADA será formalmente notificada para realizar, às suas expensas e sem ônus adicional para a Administração Pública, a reaplicação, complementação ou correção dos serviços no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

9.5. O recebimento definitivo dos serviços não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade, eficiência e garantia dos serviços executados, permanecendo responsável pela correção de falhas, vícios, inadequações ou reaparecimento de pragas urbanas durante o prazo de garantia previsto neste Instrumento.

10. DO CONTRATO E PRAZO DE EXECUÇÃO (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea f e Título III – Contratos Administrativos da Lei 14.133/2021):

10.1. O prazo de vigência do contrato será de 24 (vinte e quatro) meses, contados da assinatura do instrumento contratual, considerando a natureza contínua dos serviços de controle de vetores e pragas urbanas, nos termos do art. 106 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado sucessivamente, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração Pública e mantidas as condições inicialmente pactuadas.

10.1.1. A definição da vigência contratual pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses justifica-se em razão da natureza contínua dos serviços de controle de vetores e pragas urbanas, os quais demandam acompanhamento periódico e aplicações sucessivas para manutenção das condições adequadas de higiene, salubridade e segurança sanitária dos ambientes públicos municipais.

10.1.1.1. A natureza continuada do serviço decorre da necessidade permanente de manutenção das condições sanitárias dos prédios públicos municipais, considerando que a proliferação de vetores e pragas urbanas constitui risco recorrente à saúde pública, ao patrimônio público e ao regular funcionamento das atividades administrativas, exigindo monitoramento e aplicações periódicas ao longo da vigência contratual.

10.1.2. A contratação por período superior a 12 (doze) meses mostra-se mais vantajosa para a Administração Pública, pois proporciona maior eficiência operacional, continuidade na





PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

execução dos serviços, padronização dos procedimentos técnicos, redução de custos administrativos relacionados à instauração frequente de novos procedimentos licitatórios e melhor planejamento das ações preventivas e corretivas de controle sanitário.

10.1.3. Além disso, a vigência ampliada favorece o acompanhamento da eficácia das aplicações realizadas, especialmente considerando a garantia mínima prevista para cada aplicação e a necessidade de monitoramento contínuo do reaparecimento de pragas urbanas, assegurando maior estabilidade contratual e melhor relação custo-benefício para a Administração Pública, nos termos do art. 106 da Lei nº 14.133/2021.

10.2. Este Termo de Referência, seus anexos, o Edital, a proposta vencedora e demais documentos integrantes do procedimento licitatório vincular-se-ão ao contrato administrativo ou instrumento equivalente, nos termos do art. 92, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

10.3. A CONTRATADA será obrigada a reparar, corrigir, refazer ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços executados em que se verificarem vícios, falhas, defeitos, inadequações ou desconformidades decorrentes da execução contratual, da utilização inadequada de materiais, produtos ou métodos empregados, nos termos do art. 119 da Lei nº 14.133/2021.

10.4. A CONTRATADA será responsável pelos danos causados diretamente à Administração Pública ou a terceiros em razão da execução dos serviços, inclusive decorrentes da utilização inadequada de produtos químicos, falhas operacionais, negligência, imprudência ou imperícia de seus empregados, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento realizado pela Administração, nos termos do art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

10.5. Caberá exclusivamente à CONTRATADA a responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, ambientais e demais obrigações decorrentes da execução contratual, nos termos do art. 121 da Lei nº 14.133/2021.

10.5.1. A CONTRATADA deverá cumprir a cota legal de contratação de aprendizes prevista no art. 51 do Decreto Federal nº 9.579/2018, quando enquadrada nas hipóteses legais de obrigatoriedade.

10.5.2. A CONTRATADA deverá cumprir a cota legal de contratação de pessoas com deficiência ou reabilitados da Previdência Social prevista no art. 93 da Lei Federal nº 8.213/1991, quando enquadrada nas hipóteses legais de obrigatoriedade.

10.5.3. Sempre que solicitado pela fiscalização contratual, a CONTRATADA deverá apresentar documentação comprobatória do cumprimento das obrigações previstas nos itens





PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

anteriores, facultando-se à Administração a adoção das medidas administrativas cabíveis em caso de descumprimento.

10.6. A inadimplência da CONTRATADA em relação aos encargos trabalhistas, fiscais, comerciais ou previdenciários não transferirá à Administração Pública qualquer responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato, nos termos do art. 121, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

10.7. DO REAJUSTE CONTRATURAL

10.7.1. Os valores contratados poderão ser reajustados após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado da contratação, nos termos do §7º do art. 25 da Lei nº 14.133/2021.

10.7.2. O reajuste observará o princípio da anualidade e terá como índice de correção o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, acumulado no período, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo.

10.7.3. O reajuste dependerá de solicitação formal da CONTRATADA e da demonstração da variação efetiva dos custos contratuais, observadas as disposições legais e contratuais aplicáveis.

10.8. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.8.1. A gestão do contrato será exercida por servidor devidamente nomeado pelo Ordenador da Despesa, em ato próprio, antes da assinatura do Contrato.

10.8.2 A fiscalização da execução contratual será realizada por servidor formalmente designado pela Administração Pública, competindo-lhe acompanhar, fiscalizar e verificar o cumprimento das obrigações contratuais, especialmente quanto:

- a) à adequada execução dos serviços de controle de vetores e pragas urbanas, em conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência;
- b) ao cumprimento dos cronogramas, periodicidade e prazos estabelecidos para execução dos serviços;
- c) à correta utilização de produtos, materiais, equipamentos e insumos empregados na execução contratual;
- d) ao atendimento das normas sanitárias, ambientais e de segurança aplicáveis ao objeto;
- e) à emissão de notificações, registros de ocorrências e solicitação de providências à contratada;
- f) ao recebimento provisório e definitivo dos serviços executados.





**PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

g) verificar o cumprimento da cota legal de contratação de aprendizes prevista no art. 51 do Decreto Federal nº 9.579/2018;

h) verificar o cumprimento da cota legal de contratação de pessoas com deficiência e reabilitados da Previdência Social prevista no art. 93 da Lei Federal nº 8.213/1991.

10.8.3. O modelo de gestão contratual observará o acompanhamento contínuo da execução dos serviços, mediante registro das ocorrências relevantes, controle da periodicidade das aplicações, avaliação da qualidade dos serviços prestados e verificação do cumprimento integral das obrigações assumidas pela CONTRATADA, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

10.8.4. A fiscalização exercida pela Administração Pública não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros decorrentes da execução contratual.

11. DA GARANTIA (Art. 40º § 1º Inciso III da Lei 14.133/21):

11.1. A CONTRATADA deverá garantir a qualidade, eficiência e segurança dos serviços executados durante toda a vigência contratual, responsabilizando-se pela correção de falhas, inadequações ou irregularidades decorrentes da execução dos serviços de controle de vetores e pragas urbanas, sem qualquer ônus adicional para a Administração Pública.

11.2. Cada aplicação realizada deverá possuir garantia mínima de 06 (seis) meses quanto à eficácia dos serviços executados. Caso seja verificado o reaparecimento de pragas urbanas contempladas no objeto da contratação antes da realização da próxima aplicação programada, a CONTRATADA deverá realizar, às suas expensas e sem qualquer custo adicional para a Administração Pública, nova aplicação corretiva ou reforço nos locais afetados, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a notificação formal da fiscalização contratual.

11.3. A garantia prevista no item anterior abrangerá todos os serviços executados, incluindo desinsetização, desratização, dedetização, descupinização, desmorcegação, manejo de pombos e demais pragas urbanas contempladas no contrato, observadas as condições normais de utilização e conservação dos ambientes atendidos.

11.4. A CONTRATADA será integralmente responsável pelos danos eventualmente causados à saúde de servidores, usuários, terceiros, ao patrimônio público ou ao meio ambiente em decorrência da utilização inadequada de produtos, falhas operacionais, aplicação incorreta de métodos ou descumprimento das normas sanitárias, ambientais e de segurança aplicáveis ao objeto.





**PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

11.5. Os produtos utilizados na execução dos serviços deverão possuir registro válido junto aos órgãos competentes, especialmente ANVISA, observando-se todas as exigências legais, sanitárias e ambientais aplicáveis aos serviços de controle de vetores e pragas urbanas.

11.6. Não será exigida garantia contratual prevista nos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, considerando a natureza do objeto, a forma de execução contratual e a ausência de complexidade ou risco relevante que justifique a exigência de caução, seguro-garantia ou fiança bancária.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (Art. 92º, Inciso XIV da Lei 14.133/21):

12.1. Executar os serviços de controle de vetores e pragas urbanas em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, observando as normas sanitárias, ambientais e de segurança aplicáveis ao objeto.

12.2. Realizar os serviços nos prazos, locais, periodicidade e condições estabelecidas pela CONTRATANTE, conforme cronograma previamente definido pela Secretaria Municipal de Administração – SEMAD.

12.3. Comunicar formalmente à CONTRATANTE, com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis, qualquer fato superveniente que possa impedir ou atrasar a execução dos serviços, apresentando as devidas justificativas e medidas alternativas para mitigação dos impactos administrativos.

12.4. Responsabilizar-se integralmente por todos os custos decorrentes da execução contratual, incluindo transporte, deslocamento de equipes, fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas, produtos saneantes, insumos, equipamentos de proteção individual e demais despesas necessárias à perfeita execução dos serviços.

12.5. Executar os serviços por meio de profissionais devidamente capacitados e treinados, observando as normas técnicas e regulamentações aplicáveis aos serviços de controle de vetores e pragas urbanas.

12.6. Utilizar exclusivamente produtos devidamente registrados e autorizados pelos órgãos competentes, especialmente ANVISA, responsabilizando-se pela correta aplicação, armazenamento, transporte e destinação dos resíduos eventualmente gerados.

12.7. Assumir integral responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, ambientais e demais obrigações decorrentes da execução contratual.

12.8. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco de sua proposta, inclusive quanto aos





PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente não seja suficiente para o perfeito atendimento do objeto contratado, exceto nas hipóteses previstas no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021.

12.9. Garantir a qualidade, eficiência e eficácia dos serviços executados, promovendo, sem ônus adicional para a Administração Pública, nova aplicação, reforço ou reexecução dos serviços sempre que constatada falha, insuficiência ou reaparecimento de pragas dentro do prazo de garantia estabelecido neste Termo de Referência.

12.10. Ressarcir integralmente os prejuízos causados à Administração Pública ou a terceiros em decorrência de falhas, irregularidades, negligência, imprudência, imperícia ou utilização inadequada de produtos e métodos empregados na execução contratual.

12.11. Manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório, nos termos do art. 92, inciso XVI, da Lei nº 14.133/2021.

12.12. Fornecer, após cada aplicação, relatório técnico ou comprovante de execução contendo, no mínimo, identificação dos locais atendidos, serviços realizados, produtos utilizados, métodos aplicados, data de execução e orientações técnicas pertinentes.

12.13. Adotar todas as medidas necessárias para garantir a segurança dos servidores, usuários, terceiros e ambientes atendidos durante a execução dos serviços, responsabilizando-se pelo cumprimento das normas de segurança do trabalho, saúde ocupacional e proteção ambiental aplicáveis ao objeto contratado.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (Art. 92º, Inciso XIV da lei 14.133/2021):

13.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais, especificações constantes neste Termo de Referência e demais documentos integrantes da contratação.

13.2. Proporcionar todas as condições necessárias para que a CONTRATADA possa executar os serviços adequadamente, fornecendo as informações, orientações e acessos necessários aos locais onde serão realizados os serviços.

13.3. Emitir a nota de empenho ou instrumento equivalente correspondente à contratação e encaminhá-la à CONTRATADA para início da execução contratual.

13.4. Permitir o acesso dos empregados, equipamentos e materiais da CONTRATADA às dependências dos prédios públicos onde os serviços serão executados, observadas as normas





**PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

internas de segurança e funcionamento da Administração Pública.

13.5. Acompanhar, fiscalizar e conferir a execução dos serviços contratados, verificando sua conformidade com as especificações técnicas, periodicidade, qualidade e demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

13.6. Prestar os esclarecimentos e informações que venham a ser solicitados pela CONTRATADA durante a execução contratual, visando ao adequado cumprimento das obrigações assumidas.

13.7. Notificar formalmente a CONTRATADA acerca de eventuais irregularidades, falhas ou desconformidades verificadas na execução dos serviços, fixando prazo para correção, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

13.8. Recusar, no todo ou em parte, serviços executados em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, podendo determinar sua reexecução ou complementação, sem ônus adicional para a Administração Pública.

13.9. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas previstas na legislação aplicável e neste Termo de Referência, nos casos de inexecução total ou parcial das obrigações contratuais.

13.10. Efetuar o pagamento da nota fiscal devidamente atestada pela fiscalização contratual, no prazo e condições estabelecidos neste Instrumento.

13.11. A Administração Pública não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução contratual, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de atos praticados por seus empregados, prepostos ou subordinados.

14. PAGAMENTO (Art. 6º Inciso XXIII Alínea g; Art. 18º Inciso III e Art. 92º; Capítulo X – Dos Pagamentos da lei 14.133/21):

14.1. 14.1. O pagamento será efetuado em favor da CONTRATADA em até 30 (trinta) dias após a conclusão de cada aplicação dos serviços, mediante apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pela fiscalização contratual, após verificação da regular execução dos serviços e conferência pelo setor competente da Administração Pública.

14.2. O valor a ser pago corresponderá à metragem efetivamente executada em cada aplicação, calculada mediante multiplicação da quantidade de metros quadrados efetivamente atendidos pelo valor unitário por metro quadrado ofertado na proposta vencedora e





PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

devidamente empenhado pela Administração Pública.

14.2.1. A medição dos serviços executados será realizada pela fiscalização contratual com base na metragem efetivamente atendida em cada aplicação, observando-se como referência a planilha de levantamento de áreas elaborada pela SEMPLAN, os relatórios técnicos apresentados pela CONTRATADA e a conferência realizada pela Administração Pública.

14.3. A CONTRATADA deverá apresentar relatório técnico ou comprovante de execução contendo, no mínimo, os locais atendidos, metragem executada, serviços realizados, produtos utilizados, data da aplicação e demais informações necessárias à conferência e liquidação da despesa.

14.4. As notas fiscais deverão conter a descrição detalhada dos serviços executados, número da nota de empenho, dados bancários da CONTRATADA e estar emitidas em nome da CONTRATANTE, devendo ser acompanhadas das certidões de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária exigidas pela legislação aplicável, especialmente:

- a) Certidão relativa à Fazenda Federal;
- b) Certificado de Regularidade do FGTS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- d) Certidão de regularidade perante a Fazenda Municipal, quando aplicável.

14.5. A manutenção das condições de habilitação será verificada pela Administração Pública por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais, nos termos do art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

14.6. Havendo erro na Nota Fiscal, inconsistência na documentação apresentada ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará suspenso até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias, não acarretando qualquer ônus para a Administração Pública.

14.7. A Nota Fiscal apresentada com incorreções será devolvida à CONTRATADA para retificação e reapresentação, reiniciando-se a contagem do prazo para pagamento a partir da nova apresentação regular dos documentos.

14.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para isso, como critério de atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento até a data do efetivo pagamento, será utilizada a seguinte fórmula:

$$I = (6\%/100)$$





PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

365

$EM = I \times N \times VP$, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual= 6% (seis por cento), com vigência a partir da data de adimplemento da etapa;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

14.9. O presente critério aplica-se aos casos de compensações financeiras por eventual atraso de pagamento.

14.10. Para fazer jus ao recebimento dos valores contratados, a CONTRATADA deverá manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária exigidas na licitação.

14.11. No caso de incorreção em qualquer dos documentos apresentados será o mesmo devolvido a CONTRATADA para as correções necessárias, não respondendo a CONTRATANTE por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação do pagamento.

14.12. A CONTRATANTE não efetua pagamento antecipado, não sendo considerados propostas que assim se apresentarem (**Art. 145º da lei 14.133/21**).

14.13. Nos termos do Decreto Municipal nº 60.340/2023, alterado pelo Decreto Municipal nº 60.470/2023, da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 e do Recurso Extraordinário nº 1.293.453/STF, os pagamentos efetuados pela Administração Pública Municipal estarão sujeitos à retenção do Imposto de Renda na Fonte, observadas as alíquotas aplicáveis ao objeto contratado.

A CONTRATADA deverá destacar na nota fiscal a retenção tributária cabível e observar integralmente as disposições da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012.

Caso a CONTRATADA esteja legalmente dispensada da retenção do Imposto de Renda, deverá apresentar documentação comprobatória vigente que demonstre tal condição, sob pena de aplicação da retenção prevista na legislação.

15. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea h da Lei 14.133/2021):

15.1. O fornecedor será selecionado por meio de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, conforme disposto neste Termo de Referência e na legislação aplicável.





**PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

15.2. A proposta deverá conter a descrição detalhada dos serviços ofertados, valor unitário por metro quadrado e valor total estimado da contratação, devendo ser compatível com as especificações constantes neste Termo de Referência e atender integralmente às exigências técnicas, operacionais e legais estabelecidas pela Administração Pública.

15.3. A licitante deverá declarar que possui capacidade técnica, operacional e estrutura adequada para execução dos serviços de controle de vetores e pragas urbanas, incluindo disponibilidade de mão de obra qualificada, equipamentos, materiais, produtos saneantes devidamente registrados e atendimento às normas sanitárias, ambientais e de segurança aplicáveis ao objeto.

15.4. A proposta deverá considerar todos os custos necessários à perfeita execução contratual, incluindo mão de obra, deslocamento, transporte, equipamentos, ferramentas, materiais, produtos, equipamentos de proteção individual, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais despesas incidentes sobre a execução dos serviços.

15.5. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) não atendam às exigências deste Termo de Referência;
- b) sejam omissas, vagas ou apresentem irregularidades, vícios ou inconsistências capazes de dificultar o julgamento;
- c) apresentem preços inexequíveis ou incompatíveis com os valores de mercado;
- d) deixem de apresentar informações essenciais à avaliação da proposta;
- e) não comprovem atendimento às exigências técnicas e legais aplicáveis ao objeto da contratação.

15.6. PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE SEDIADAS LOCAL OU REGIONALMENTE

15.7. Nos termos dos arts. 66 a 69 do Decreto Municipal nº 59.678/2023, alterado pelo Decreto Municipal nº 65.299/2025, será concedida prioridade de contratação para microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente.

15.8. Consideram-se aptas ao benefício as propostas apresentadas por microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente que sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores ao menor preço válido obtido na licitação.

15.9. A microempresa ou empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente melhor classificada poderá ser contratada pelo valor de até 10% (dez por cento) acima do melhor





**PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

preço válido, desde que o valor seja compatível com os preços praticados no mercado.

15.10. Na hipótese de não aceitação ou impossibilidade de contratação da primeira classificada beneficiária, serão convocadas as demais microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente que se enquadrem na faixa de até 10% (dez por cento) do melhor preço válido, observada a ordem de classificação.

15.11. Para fins deste procedimento, serão observados integralmente os critérios e condições previstos no Decreto Municipal nº 59.678/2023 e suas alterações.

16. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO (Art. 6º Inciso XXIII Alínea h; Capítulo VI, Arts. 62º ao 70º da Lei 14.133/2021):

16.1. A habilitação é a fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de executar o objeto da contratação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

16.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA (Art. 62, inciso I, e art. 66 da Lei nº 14.133/2021)

16.2.1. A habilitação jurídica visa demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações compatíveis com o objeto da contratação. Para tanto, serão exigidos os seguintes documentos:

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- b) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- d) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, devendo constar atividade compatível com o objeto da presente licitação;
- e) Documentos pessoais do representante legal da empresa.

16.3. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA (Art. 62, inciso III, e art. 68 da Lei nº 14.133/2021):





**PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

- a) Comprovante de inscrição e situação cadastral no CNPJ;
- b) Certidão de Regularidade de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Certidão de Regularidade perante a Fazenda Estadual;
- d) Certidão de Regularidade perante a Fazenda Municipal;
- e) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- g) Declaração conjunta contendo:
 - inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação;
 - declaração de cumprimento do disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, quanto à proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos;
 - declaração de inexistência de servidor público municipal nos quadros societários ou administrativos da empresa, quando vedado pela legislação aplicável;
 - declaração de pleno conhecimento, concordância e atendimento às exigências constantes no Edital e Termo de Referência;
 - declaração de elaboração independente da proposta.

16.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (Art. 62, inciso IV, e art. 69 da Lei nº 14.133/2021)

16.4.1. A qualificação econômico-financeira visa demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes da futura contratação. Para tanto, será exigido:

- a) Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício e demais demonstrações contábeis, referente aos dois últimos exercícios sociais, ou o Balanço de Abertura, caso a licitante tenha sido constituída em menos de um ano, devidamente autenticado ou registrado nos órgãos competentes.

16.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

16.5.1. Considerando a natureza do objeto, será exigida comprovação de aptidão técnica compatível com os serviços de controle de vetores e pragas urbanas, mediante apresentação de:





PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

- a) Alvará ou licença sanitária vigente expedida pelo órgão competente, autorizando o funcionamento da empresa para execução de serviços de controle de vetores e pragas urbanas;
- b) Comprovante de registro ou inscrição da empresa junto ao conselho profissional competente, quando exigido pela legislação aplicável;
- c) Comprovação de vínculo de responsável técnico habilitado, compatível com a atividade desenvolvida pela empresa;
- d) Comprovante de inscrição no Cadastro Técnico Federal – CTF/IBAMA, quando aplicável;
- e) Atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução satisfatória de serviços compatíveis com o objeto da presente contratação.
- f) Declaração de que utilizará exclusivamente produtos devidamente registrados na ANVISA e demais órgãos competentes.

16.5.2. Os documentos relativos à qualificação técnica deverão demonstrar que a licitante possui capacidade operacional e técnica suficiente para execução dos serviços de desinsetização, desratização, dedetização, descupinização e demais serviços de controle de vetores e pragas urbanas previstos neste Termo de Referência.

16.5.3. Considerando que o objeto não possui parcela de maior relevância técnica previamente delimitada, a licitante deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica que comprovem a execução satisfatória de serviços compatíveis com o objeto da contratação, em quantitativo correspondente a, no mínimo, 10% (dez por cento) da metragem estimada prevista para a presente contratação, admitida a soma de atestados, nos termos do art. 67, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

17. DA PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea d da Lei 14.133/2021):

17.1. Poderão participar deste certame, todas as empresas do ramo pertinente ao objeto do presente **Termo de Referência**, devidamente qualificado, mediante comprovação das regularidades fiscais, obedecendo à legislação que rege a matéria.

17.1.1. A presente contratação será destinada exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48, inciso I, da Lei





**PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

Complementar nº 123/2006 e da regulamentação municipal aplicável, considerando que o valor estimado da contratação se enquadra no limite legal para aplicação do tratamento diferenciado.

17.2. O não cumprimento dos prazos estabelecidos no Edital e seus anexos poderão acarretar em desclassificação da empresa.

17.3. Não poderão participar as empresas enquadradas em quaisquer das hipóteses a seguir elencadas:

- a) Suspensas temporariamente de participar de licitações ou impedidas de contratar quando a penalidade foi aplicada pelo órgão ou entidade licitante, com fundamento no **Art. 14º, Inciso III da Lei n. 14.133/2021**;
- b) Impedidas de participar de licitações ou de contratar, ou atingidas por outra vedação legal que conste do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) da Controladoria Geral da União (CGU), do Portal da Transparência, do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e/ou da Lista de Inidôneos do Tribunal de Contas da União (TCU);
- c) Declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, com fundamento no **Art. 14º, Inciso III da Lei n. 14.133/2021**;
- d) Constituídas com o mesmo objeto e da qual participem sócios e/ou administradores de empresas anteriormente declaradas inidôneas, nos termos do **Art. 46 da Lei nº 8.443/1992**, desde que a constituição da sociedade tenha ocorrido após a aplicação da referida sanção e no prazo de sua vigência;
- e) Que se enquadrem nas vedações previstas no **Artigo 14º da Lei 14.133/2021**;
- f) Que se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação;
- g) Que estejam reunidas em consórcio, de acordo com o **Art. 14º Inciso II da Lei 14.133/2021**, uma vez que o objeto se reveste de simplicidade e não envolve questões de alta complexidade e relevante vulto, pois as empresas isoladamente têm condições de suprir os requisitos de habilitação e não há restrição à competitividade (**Acórdãos TCU n. 2.457/2017-Plenário e n. 11196/2011-2ª Câmara**);
- h) Estrangeiras que não funcionem no País;
- i) Empresa que não possua sede e operação de funcionalidade.

17.4. Nos termos do **Art. 5º do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018**, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção,





PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

familiar de:

- a) Detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou
- b) de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

17.4.1. Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consangüinidade ou afinidade, até o terceiro grau (com amparo na interpretação sistemática do Art. 37, caput, da Constituição Federal, da Súmula Vinculante/STF nº 13, do Art. 18, inciso II, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, Art. 5º, Inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e do Art. 2º, Inciso III, do Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010).

18. PENALIDADES (Art. 92º, Inciso XIV, Arts. 155º ao 163º da lei 14.133/2021):

18.1. Comete infração administrativa, nos termos do **Art. 155º Lei nº 14.133/2021**, o CONTRATADO que:

- I) Dar causa à inexecução parcial do contrato ou seu equivalente;
- II) Dar causa à inexecução parcial do contrato ou seu equivalente que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III) Dar causa à inexecução total do contrato ou seu equivalente;
- IV) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI) Não celebrar o contrato (ou retirar seu equivalente) ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- VIII) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato ou seu equivalente;
- IX) Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato ou seu equivalente;
- X) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- XII) Praticar ato lesivo previsto no **Art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.**

18.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as





**PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

seguintes sanções (**Art. 156º Lei nº 14.133/2021**):

I) Advertência;

II) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos “II”, “III”, “IV”, “V”, “VI” e “VII” **do item 18.1 deste Instrumento**, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (**Art. 156º, §4º da Lei 14.133/21**);

III) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas **nos incisos “VIII”, “IX”, “X”, “XI” e “XII” do item 18.1 deste Instrumento**, bem como nos incisos “II”, “III”, “IV”, “V”, “VI” e “VII” **do mesmo item**, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (**Art. 156º, §5º da Lei 14.133/21**);

IV) Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na entrega do bem injustificada sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias (**Art. 156º, §3º; Art. 162º da Lei 14.133/21**);

V) Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato ou seu equivalente, no caso de inexecução total do objeto ou sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de inexecução parcial (**Art. 156º, §3º, Art. 162º, Parágrafo Único da Lei 14.133/21**).

VI) Multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela dos serviços afetada, no caso de descumprimento da obrigação de reaplicação corretiva, reforço ou reexecução dos serviços durante o período de garantia previsto neste Termo de Referência, até o limite de 20% (vinte por cento), sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

18.3. Na aplicação das sanções serão considerados (**Art. 156º, §1º da Lei 14.133/21**):

- a)** A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b)** As peculiaridades do caso concreto;
- c)** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d)** Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

18.4. A sanção prevista inciso I **do item 18.2 deste Instrumento** será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I **do item 18.1 deste Instrumento**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (**Art. 156º, §2º da Lei 14.133/21**).

18.5. A sanção estabelecida no inciso III **do item 18.2 deste Instrumento** será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva do Gestor da Pasta, ou seja, do Secretário Municipal de Administração (**Art. 156º, §6º, inciso I da Lei 14.133/21**).





**PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

18.6. As sanções previstas nos incisos "I", "II" e "III" do item 18.2 deste Instrumento, poderão ser aplicadas cumulativamente com as sanções previstas no inciso "IV" e "V" do mesmo item 18.2 deste Instrumento (Art. 156º, §7º da Lei 14.133/21).

18.7. O valor das multas aplicadas será descontado dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

18.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (Art. 156º, §8º da lei 14.133/21).

18.9. Na aplicação da sanção prevista nos incisos "IV" e "V" do item 18.2 deste Instrumento, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (Art. 157º da lei 14.133/21).

18.10. A aplicação das sanções previstas no item 18.2 deste Instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública (Art. 156º, §9º da lei 14.133/21).

18.11. A aplicação das sanções previstas nos incisos "II" e "III" do item 18.2 deste Instrumento requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido nos termos do (Art. 158º e seus parágrafos da Lei 14.133/2021).

19. RECOLHIMENTO DO IMPOSTO DE RENDA:

19.1. Conforme Instrução Normativa RFB nº 2145, de 26 de junho de 2023:

ART. 2º Os órgãos da administração pública direta dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, inclusive suas autarquias e fundações, ficam obrigados a efetuar a retenção, na fonte, do imposto sobre a renda incidente sobre os pagamentos que efetuarem a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil."

20. MATRIZ DE RISCOS (Art. 22 da Lei nº 14.133/2021)

20.1 A análise de riscos da contratação encontra-se devidamente elaborada e juntada aos autos do Processo Administrativo nº 4037/2026, contemplando os riscos relacionados à execução dos serviços, qualificação técnica da contratada, utilização de produtos saneantes, cumprimento das normas sanitárias e ambientais, fiscalização contratual, garantia dos serviços e manutenção das condições adequadas de higiene e salubridade dos ambientes públicos atendidos.





**PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

20.2 Dentre os principais riscos identificados na contratação, destacam-se:

- a) execução inadequada ou incompleta dos serviços de controle de vetores e pragas urbanas;
- b) utilização de produtos sem registro nos órgãos competentes ou em desacordo com as normas sanitárias aplicáveis;
- c) reaparecimento precoce de pragas urbanas em razão da baixa eficácia dos serviços executados;
- d) atraso na execução das aplicações periódicas previstas no cronograma contratual;
- e) ocorrência de danos ao patrimônio público, à saúde dos servidores, usuários ou ao meio ambiente em decorrência da execução inadequada dos serviços;
- f) descumprimento das obrigações trabalhistas, fiscais, previdenciárias e ambientais por parte da contratada;
- g) falhas na execução dos serviços de manejo e controle de pombos, morcegos, maritacas e demais animais sinantrópicos;
- h) necessidade de reaplicações corretivas decorrentes de insuficiência técnica ou operacional da contratada;
- i) falhas na medição da metragem efetivamente executada para fins de pagamento;
- j) inexecução parcial ou total das obrigações contratuais.

20.3 Os riscos identificados possuem medidas preventivas e mitigadoras devidamente estabelecidas na Análise de Riscos e neste Termo de Referência, incluindo exigências de qualificação técnica, fiscalização contínua da execução contratual, emissão de relatórios técnicos, garantia mínima de 06 (seis) meses por aplicação, utilização obrigatória de produtos registrados na ANVISA e aplicação das penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021 em caso de descumprimento contratual.

21. INFORMAÇÕES GERAIS:

21.1. Este **Termo de Referência** tem como base legal a **Lei nº 14.133/2021** – (Nova Lei de licitações e contratos); Lei nº 8.078/90 (Dispõe sobre a proteção do consumidor).

21.2. Integram o presente Termo de Referência, para todos os fins legais:

ANEXO I – Planilha de Levantamento de Áreas – SEMPLAN;





PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO II – Estudo Técnico Preliminar – ETP;

ANEXO III – Análise de Riscos da Contratação.

22. DO FORO:

22.1. Fica eleito o foro da comarca de Vilhena/RO, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta licitação, que não puderem ser solucionadas administrativamente.

Vilhena/RO, 22 de junho de 2026.

Elaborado por:



Bruno Gabriel Pazini Sala
Semad / Orçamento

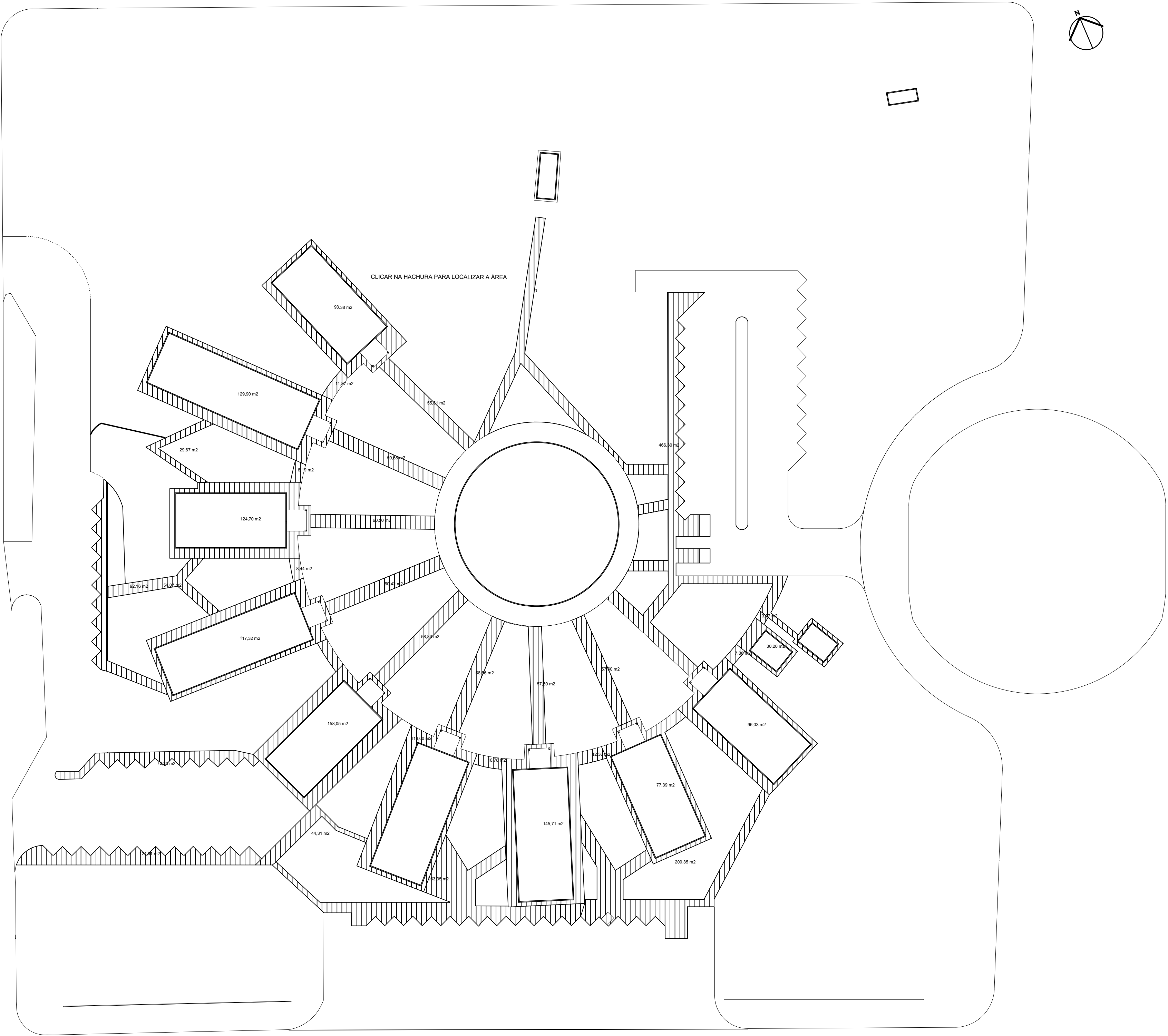
Autorizado por:

Valentin Gabriel
Secretário Municipal de Administração
Decreto nº 63.890/2025
(assinado eletronicamente)



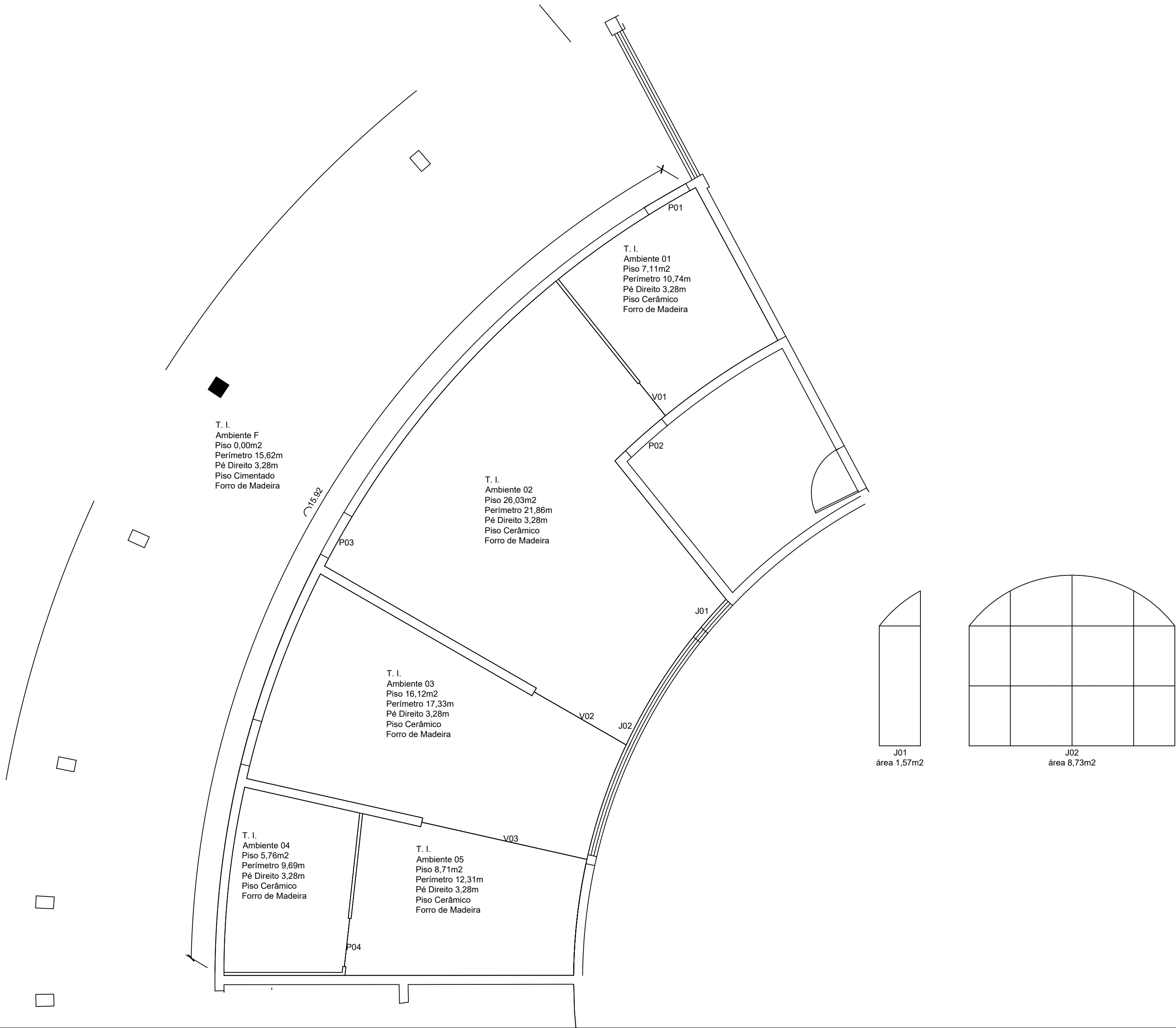
<https://vilhena.oxxy.alextech.com.br/protocolo/consulta-autenticidade?identificador=c04cab11-3cb4-4da4-856b-f02c544e31ad>
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE





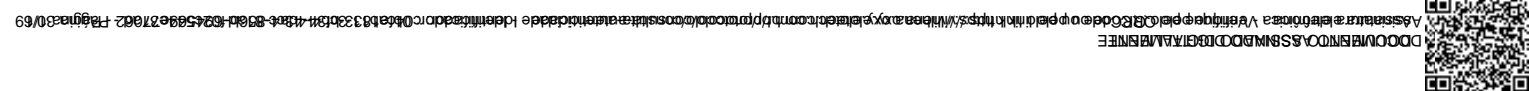
OBSERVAÇÕES

	<p>Estado de Rondônia Prefeitura Municipal de Vilhena</p> <p>SEMPAN Secretaria Municipal de Planejamento</p>
<p>"AS BUILT" - CALÇAMENTO EXTERNO</p>	
<p>AUTOR DO PROJETO EDUARDO FERNANDO DA SILVA</p>	
<p>ENDEREÇO Rua Antônio Quintino Gomes, 3.695 - Jardim América</p>	
<p>ÁREA 2.985,24 m2</p>	
<p>APROVAÇÃO</p>	<p>ASSINATURAS</p> <p>AUTOR DO PROJETO</p> <p>RESPONSÁVEL TÉCNICO</p>
<p>Assinado por: MUNICÍPIO DE VILHENA Eduardo Fernando da Silva 28/04/2025 13:15:01</p>	
<p>CREA - ART nº</p>	<p>ESCALA: 1:500</p>
<p>DATAS 08/01/2025 - Elaboração 27/04/2025 - Revisão</p>	<p>PRANCHA 01 / 01</p>
<p>Nº ARQUIVO</p>	<p>PROJETO</p>
<p>DESENHISTA EDUARDO FERNANDO DA SILVA</p>	
<p>OBSERVAÇÕES</p>	

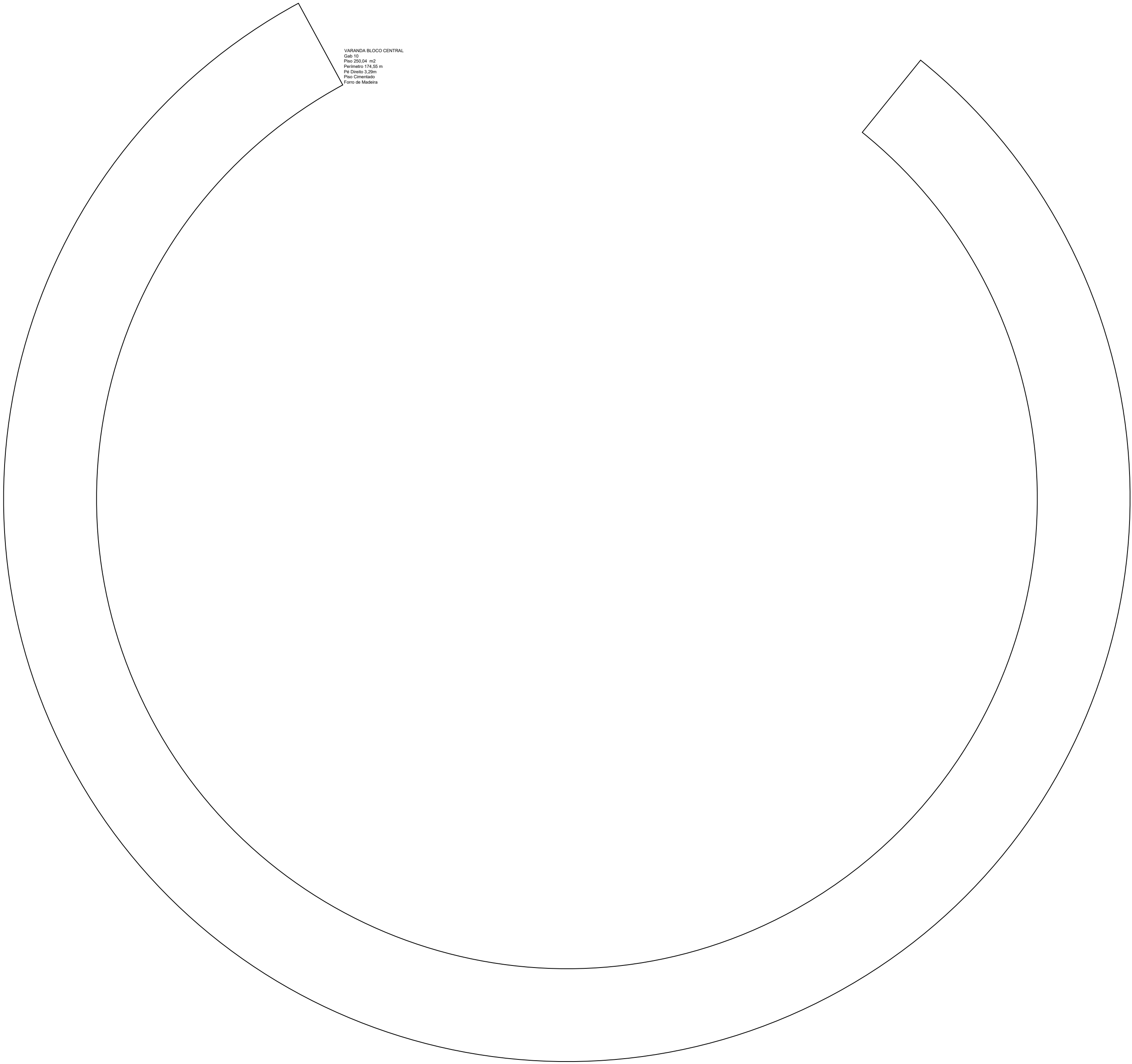


Assinado por:
MUNICÍPIO DE VILHENA
Eduardo Fernando da Silva
28/04/2025 13:15:38

	Estado de Rondônia Prefeitura Municipal de Vilhena	
SEMPPLAN Secretaria Municipal de Planejamento		
"AS BUILT" - T.I.		
AUTOR DO PROJETO EDUARDO FERNANDO DA SILVA		
ENDEREÇO Paço Municipal		ÁREA 64,20m2
APROVAÇÃO	ASSINATURAS	
	AUTOR DO PROJETO	
	RESPONSÁVEL TÉCNICO	
CREA - ART nº		
ESCALA: 1:50	PRANCHA 01 / 01	PROJETO
DATAS 08/01/2025 - Elaboração 27/04/2025 - Revisão		
Nº ARQUIVO	DESENHISTA EDUARDO FERNANDO DA SILVA	
OBSERVAÇÕES		



OBSERVAÇÕES



VARANDA BLOCO CENTRAL
Esc. 10
Proj. 2004 - 02
Perímetro: 10,00 m
R. 10,00 m x 2,00 m
R. 10,00 m x 2,00 m
R. 10,00 m x 2,00 m
R. 10,00 m x 2,00 m



Estado de Rondônia
Prefeitura Municipal de Vilhena

SEMPPLAN
Secretaria Municipal de Planejamento

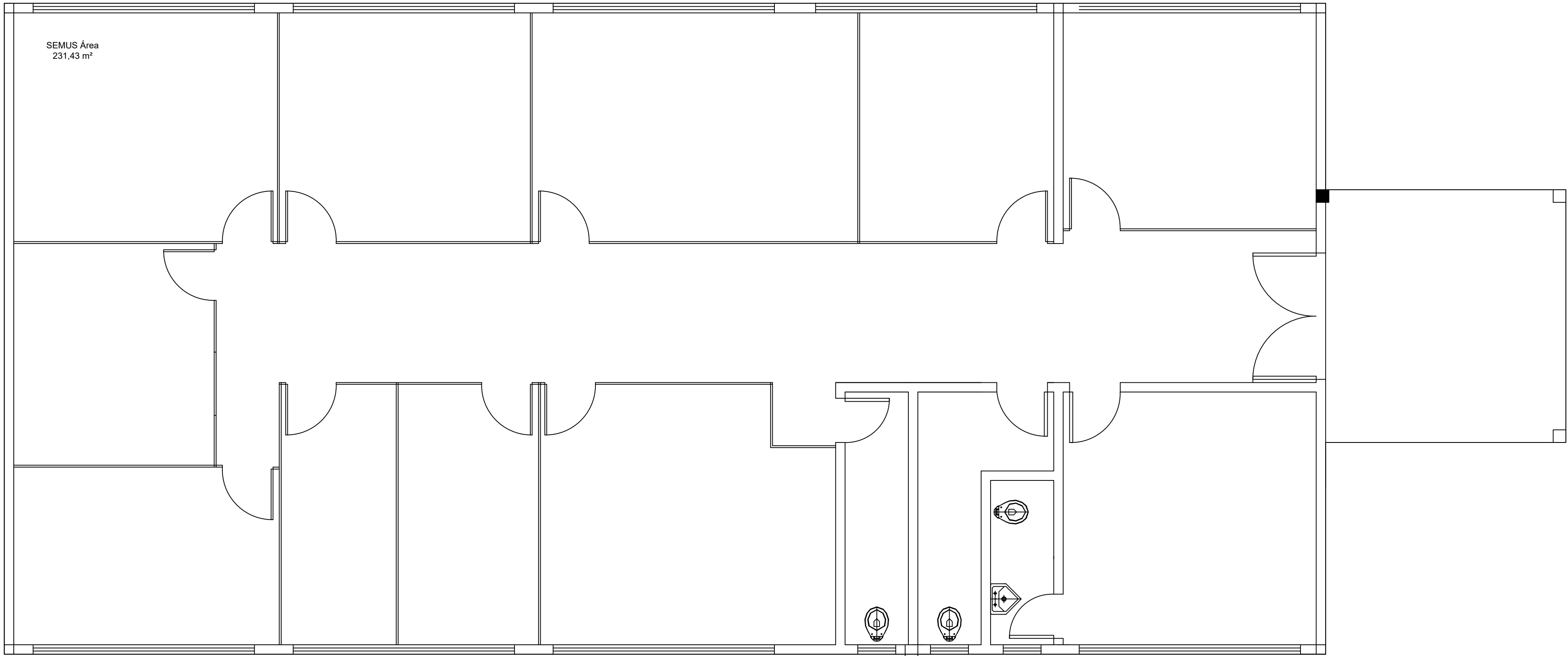
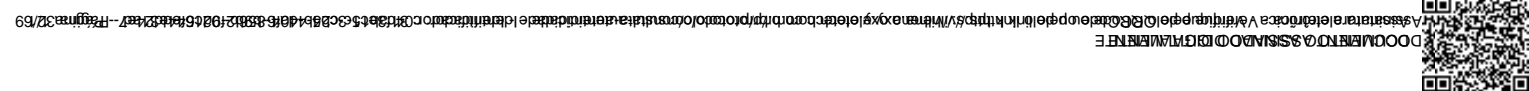
"AS BUILT" - VARANDA BLOCO
CENTRAL

AUTOR DO PROJETO EDUARDO FERNANDO DA SILVA	
ENDEREÇO Rua Antônio Quintino Gomes, 3.695 - Jardim América	ÁREA 250,04 m2
APROVAÇÃO	ASSINATURAS
	AUTOR DO PROJETO
	RESPONSÁVEL TÉCNICO
CREA - ART nº	
ESCALA: 1:25	PRANCHA 01 / 01
DATAS 08/01/2025 - Elaboração 27/04/2025 - Revisão	PROJETO
Nº ARQUIVO	DESENHISTA EDUARDO FERNANDO DA SILVA
OBSERVAÇÕES	



Assinado por:
MUNICÍPIO DE VILHENA
Eduardo Fernando da Silva





OBSERVAÇÕES

Até a data de 27/04/2026, o prédio encontra-se desocupado em função de reforma.



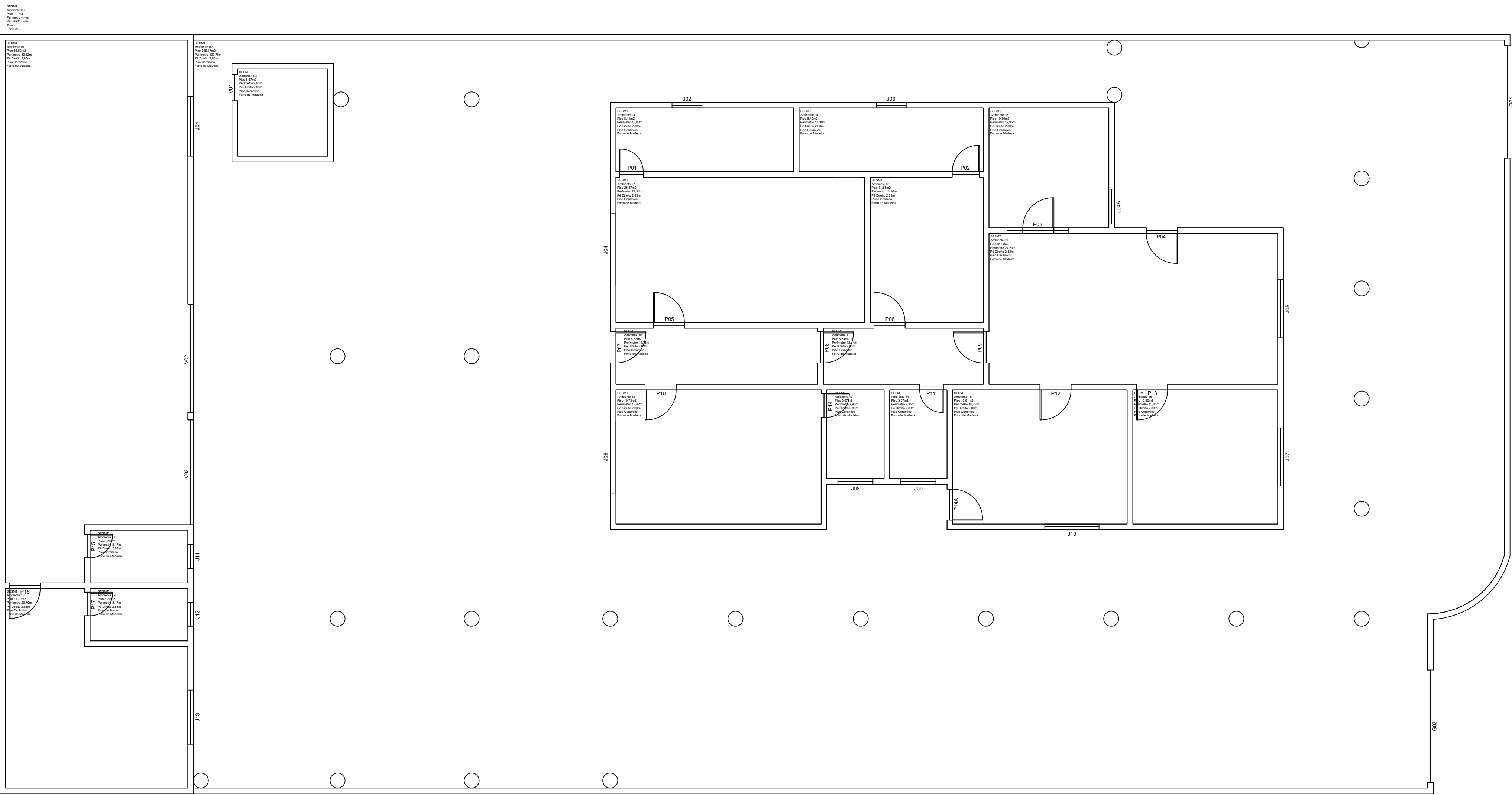
Estado de Rondônia
Prefeitura Municipal de Vilhena

SEMPPLAN
Secretaria Municipal de Planejamento

"AS BUILT" - SEMUS

AUTOR DO PROJETO EDUARDO FERNANDO DA SILVA		
ENDEREÇO Rua Antônio Quintino Gomes, 3.695 - Jardim América		ÁREA 231,43 m2
APROVAÇÃO		ASSINATURAS
		AUTOR DO PROJETO
		RESPONSÁVEL TÉCNICO
CREA - ART nº		
ESCALA: 1:100	PRANCHA 01 / 01	PROJETO
DATAS 09/01/2025 - Elaboração 27/04/2026 - Revisão		
Nº ARQUIVO		DESENHISTA EDUARDO FERNANDO DA SILVA
OBSERVAÇÕES		





Assinado por:
MUNICÍPIO DE VILHENA
Eduardo Fernando da Silva

28/04/2025 13:16:36



Estado de Rondônia
Prefeitura Municipal de Vilhena

SEMPPLAN
Secretaria Municipal de Planejamento

"AS BUILT" - SESMT

AUTOR DO PROJETO
EDUARDO FERNANDO DA SILVA

ENDEREÇO
Rua Bento Correa da Rocha, 348 - Jd. América

ÁREA
297,79m²

APROVAÇÃO

ASSINATURAS

AUTOR DO PROJETO

RESPONSÁVEL TÉCNICO

CREA - ART nº

ESCALA:

1:50

PRANCHA

01 / 01

PROJETO

DATAS
08/01/2025 - Elaboração
27/04/2025 - Revisão


Nº ARQUIVO

DESENHISTA
EDUARDO FERNANDO DA SILVA

OBSERVAÇÕES




OBSERVAÇÕES

	Estado de Rondônia Prefeitura Municipal de Vilhena	
SEMPHAN Secretaria Municipal de Planejamento		
"AS BUILT" - SEMTIC		
AUTOR DO PROJETO EDUARDO FERNANDO DA SILVA		
ENDEREÇO Rua Antônio Quintino Gomes, 3.695 - Jardim América		ÁREA 59,68 m2
APROVAÇÃO	ASSINATURAS	
	AUTOR DO PROJETO	
	RESPONSÁVEL TÉCNICO	
	CREA - ART nº	
ESCALA: 1:25	PRANCHA 01 / 01	PROJETO
DATAS 08/01/2025 - Elaboração 27/04/2026 - Revisão		
Nº ARQUIVO	DESENHISTA EDUARDO FERNANDO DA SILVA	
OBSERVAÇÕES		



Assinado por:
 ICIPPIO DE VILHENA
 ardo Fernando da Silva

 28/04/2026 13:17:05

28/04/2026 13:17:05

Estado de Rondônia
Prefeitura Municipal de Vilhena

SEMPAN
Secretaria Municipal de Planejamento

"AS BUILT" - SEMAD

AUTOR DO PROJETO
EDUARDO FERNANDO DA SILVA

ENDEREÇO
Paço Municipal

ÀREA
276,06m²

APROVAÇÃO

ASSINATURA:

AUTOR DO PROJETO

RESPONSÁVEL TÉCNICO

CREA - ART n°

ESCALA
1:50

DATAS
08/01/2025 - Elaboração
27/04/2026 - Revisão

PRANCHA

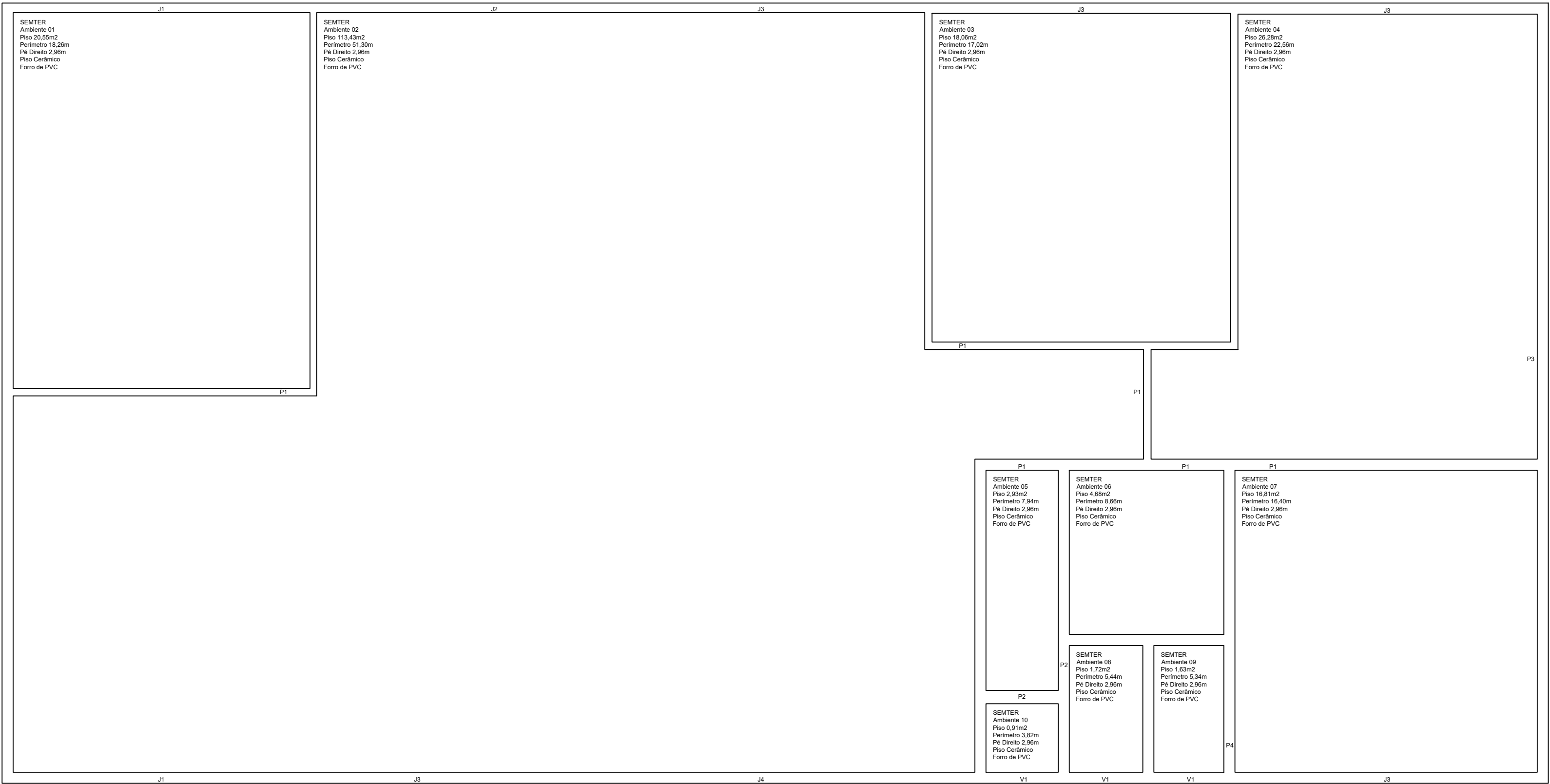
01 / 01

PROJETO

Nº ARQUIVO


DESENHISTA
EDUARDO FERNANDO DA SILVA

OBSERVAÇÕES



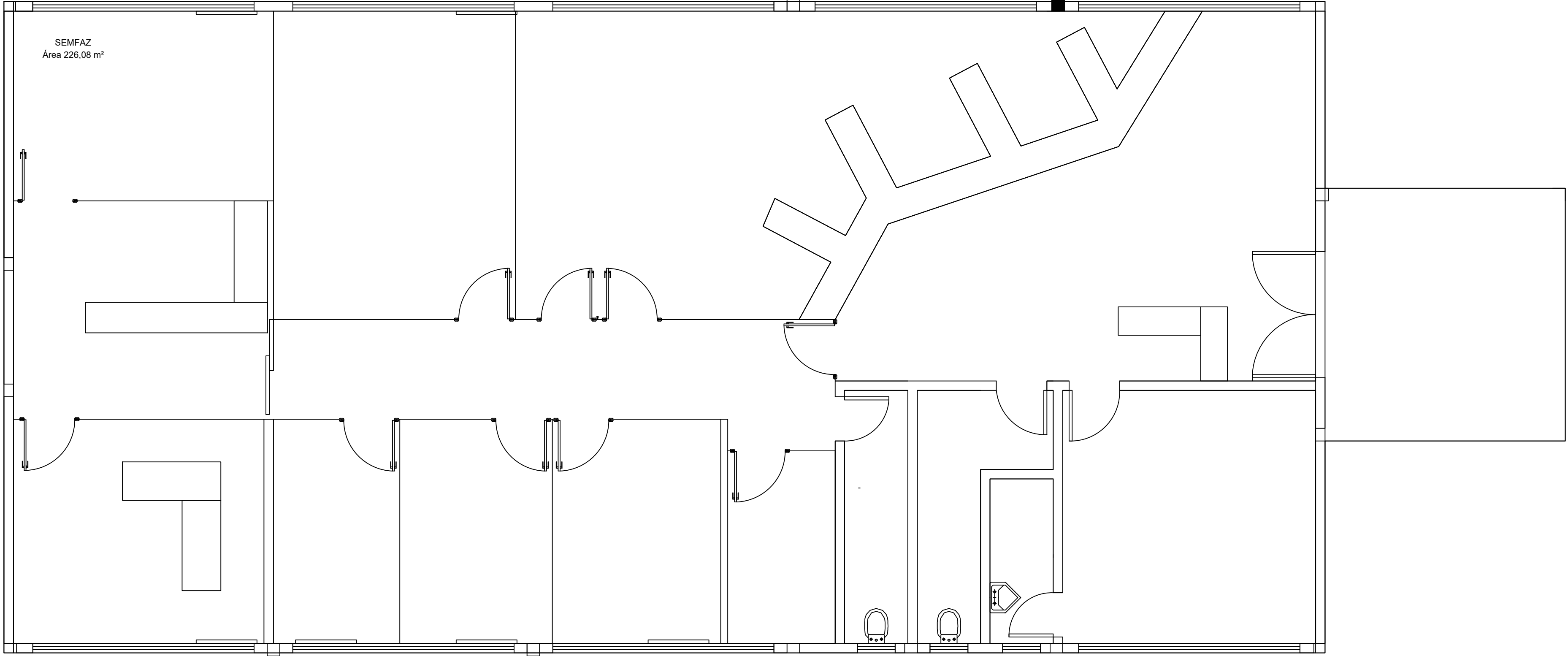
OBSERVAÇÕES

Até a data de 27/04/2026, o prédio encontra-se desocupado em função de reforma.

	<p>Estado de Rondônia Prefeitura Municipal de Vilhena</p> <p>SEMPAN Secretaria Municipal de Planejamento</p>
<p>"AS BUILT" - SEMTER</p>	
<p>AUTOR DO PROJETO EDUARDO FERNANDO DA SILVA</p>	
<p>ENDEREÇO Rua Antônio Quintino Gomes, 3.695 - Jardim América</p>	
<p>ÁREA 222.18m2</p>	
<p>APROVAÇÃO</p>	<p>ASSINATURAS</p> <p>AUTOR DO PROJETO</p> <p>RESPONSÁVEL TÉCNICO</p>
<p>CREA - ART nº</p>	
<p>ESCALA: 1:50</p>	<p>PRANCHA 01 / 01</p>
<p>DATAS 08/01/2025 - Elaboração 27/04/2026 - Revisão</p>	<p>PROJETO</p>
<p>Nº ARQUIVO</p>	<p>DESENHISTA EDUARDO FERNANDO DA SILVA</p>
<p>OBSERVAÇÕES</p>	

Assinado por:
MUNICÍPIO DE VILHENA
Eduardo Fernando da Silva

28/04/2026 13:17:39



OBSERVAÇÕES

Até a data de 27/04/2026, o prédio encontra-se desocupado em função de reforma.



Estado de Rondônia
Prefeitura Municipal de Vilhena

SEMPPLAN
Secretaria Municipal de Planejamento

"AS BUILT" - SEMFAZ

AUTOR DO PROJETO
EDUARDO FERNANDO DA SILVA

ENDEREÇO
Rua Antônio Quintino Gomes, 3.695 - Jardim América

ÁREA
222.18m2

APROVAÇÃO

ASSINATURAS

AUTOR DO PROJETO

RESPONSÁVEL TÉCNICO

CREA - ART nº

ESCALA:

1:50

PRANCHA

01 / 01

PROJETO

DATAS
08/01/2025 - Elaboração
27/04/2026 - Revisão

Nº ARQUIVO

DESENHISTA
EDUARDO FERNANDO DA SILVA

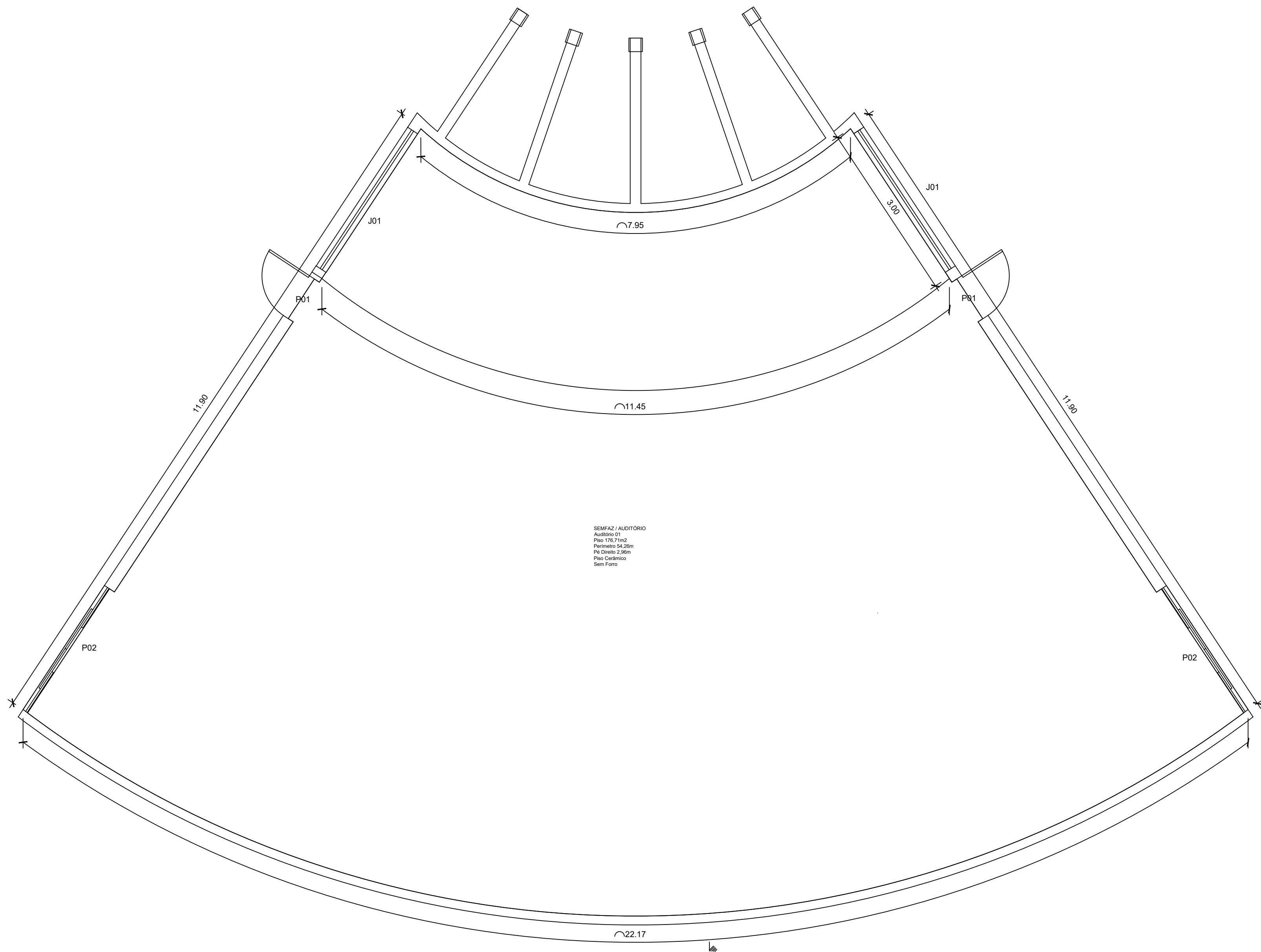
OBSERVAÇÕES



Assinado por:
MUNICÍPIO DE VILHENA
Eduardo Fernando da Silva



28/04/2026 13:17:52



Assinado por:
MUNICÍPIO DE VILHENA
Eduardo Fernando da Silva
28/04/2026 13:18:06

OBSERVAÇÕES



Estado de Rondônia
Prefeitura Municipal de Vilhena

SEMPPLAN
Secretaria Municipal de Planejamento

"AS BUILT" - SEMFAZ / AUDITÓRIO

AUTOR DO PROJETO
EDUARDO FERNANDO DA SILVA

ENDEREÇO
Rua Antônio Quintino Gomes, 3.695 - Jardim América

ÁREA
176,71 m2

APROVAÇÃO

ASSINATURAS

AUTOR DO PROJETO

RESPONSÁVEL TÉCNICO

CREA - ART nº

ESCALA:
1:100

PRANCHA

01 / 01

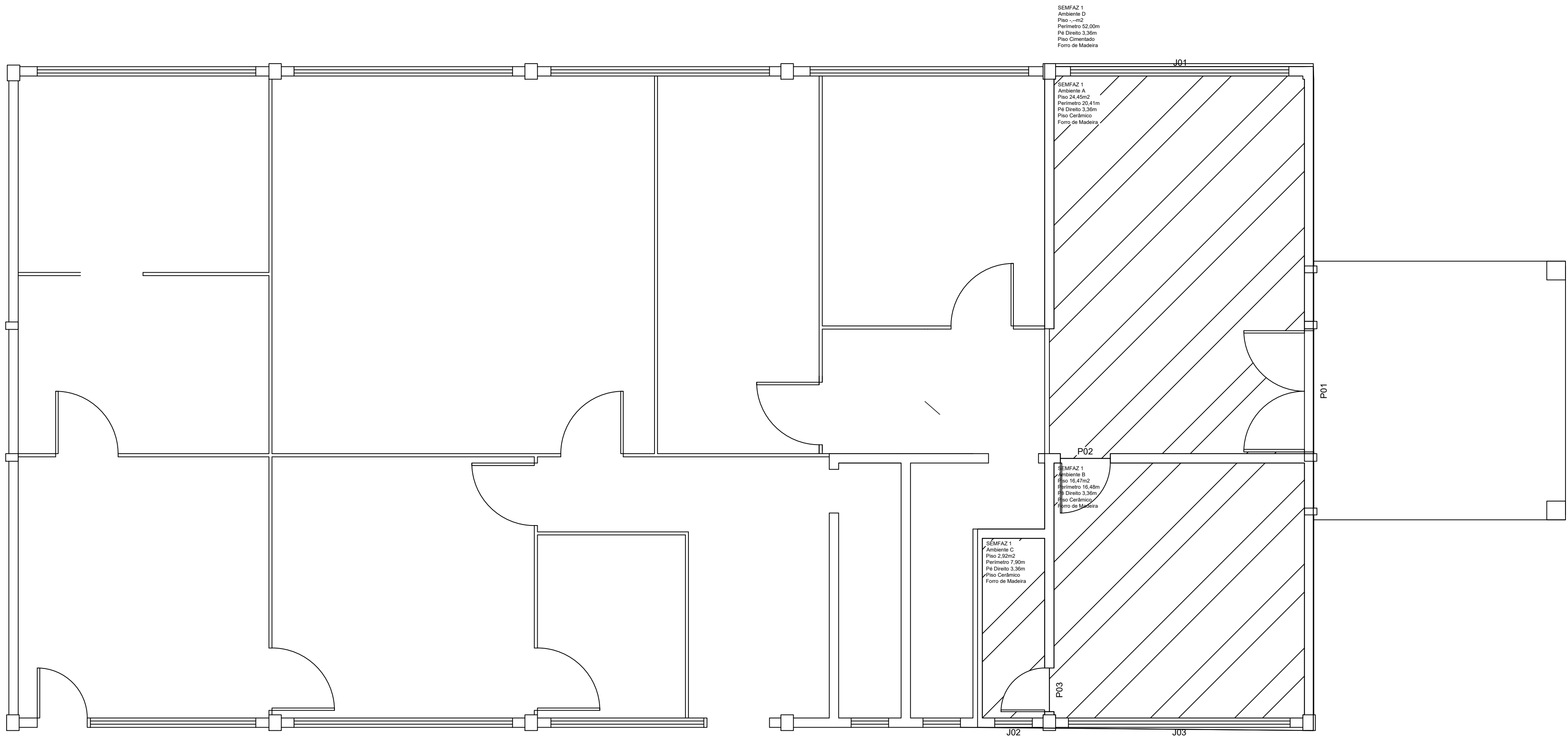
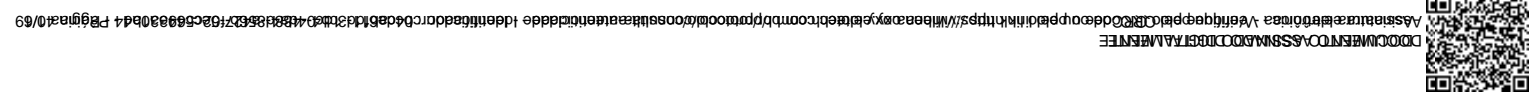
PROJETO

DATAS
08/01/2025 - Elaboração
27/04/2026 - Revisão

Nº ARQUIVO

DESENHISTA
EDUARDO FERNANDO DA SILVA

OBSERVAÇÕES



OBSERVAÇÕES

- Área em uso pela SEMFAZ
- Área em uso para arquivo e depósito



Estado de Rondônia
Prefeitura Municipal de Vilhena

SEMPPLAN
Secretaria Municipal de Planejamento

"AS BUILT" - SEMFAZ ANEXO I

AUTOR DO PROJETO
EDUARDO FERNANDO DA SILVA

ENDERECO
Paço Municipal

ÁREA
49,27m2

APROVAÇÃO

ASSINATURAS

AUTOR DO PROJETO

RESPONSÁVEL TÉCNICO

CREA - ART nº

ESCALA:

1:50

PRANCHA

01 / 01

PROJETO

DATAS
08/01/2025 - Elaboração
27/04/2026 - Revisão

Nº ARQUIVO

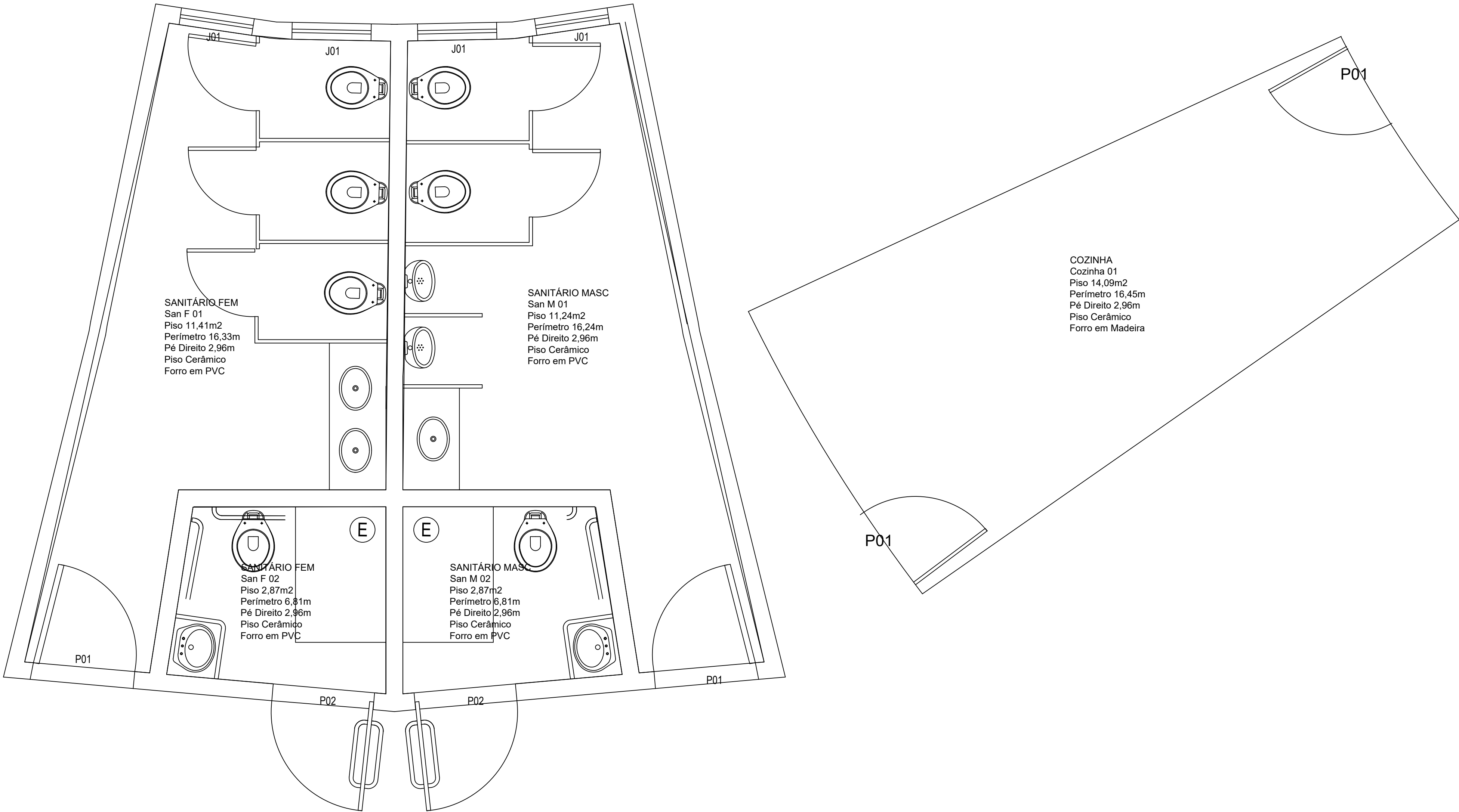
DESENHISTA
EDUARDO FERNANDO DA SILVA

OBSERVAÇÕES




Assinado por:
MUNICÍPIO DE VILHENA
Eduardo Fernando da Silva

28/04/2026 13:18:21



OBSERVAÇÕES



Estado de Rondônia
Prefeitura Municipal de Vilhena

SEMPPLAN
Secretaria Municipal de Planejamento

"AS BUILT" - SANITÁRIOS E COZINHA

AUTOR DO PROJETO
EDUARDO FERNANDO DA SILVA

ENDEREÇO
Rua Antônio Quintino Gomes, 3.695 - Jardim América

ÁREA
42,48 m²

APROVAÇÃO

ASSINATURAS

AUTOR DO PROJETO

RESPONSÁVEL TÉCNICO

CREA - ART nº

ESCALA:
1:50

DATAS
08/01/2025 - Elaboração
27/04/2026 - Revisão

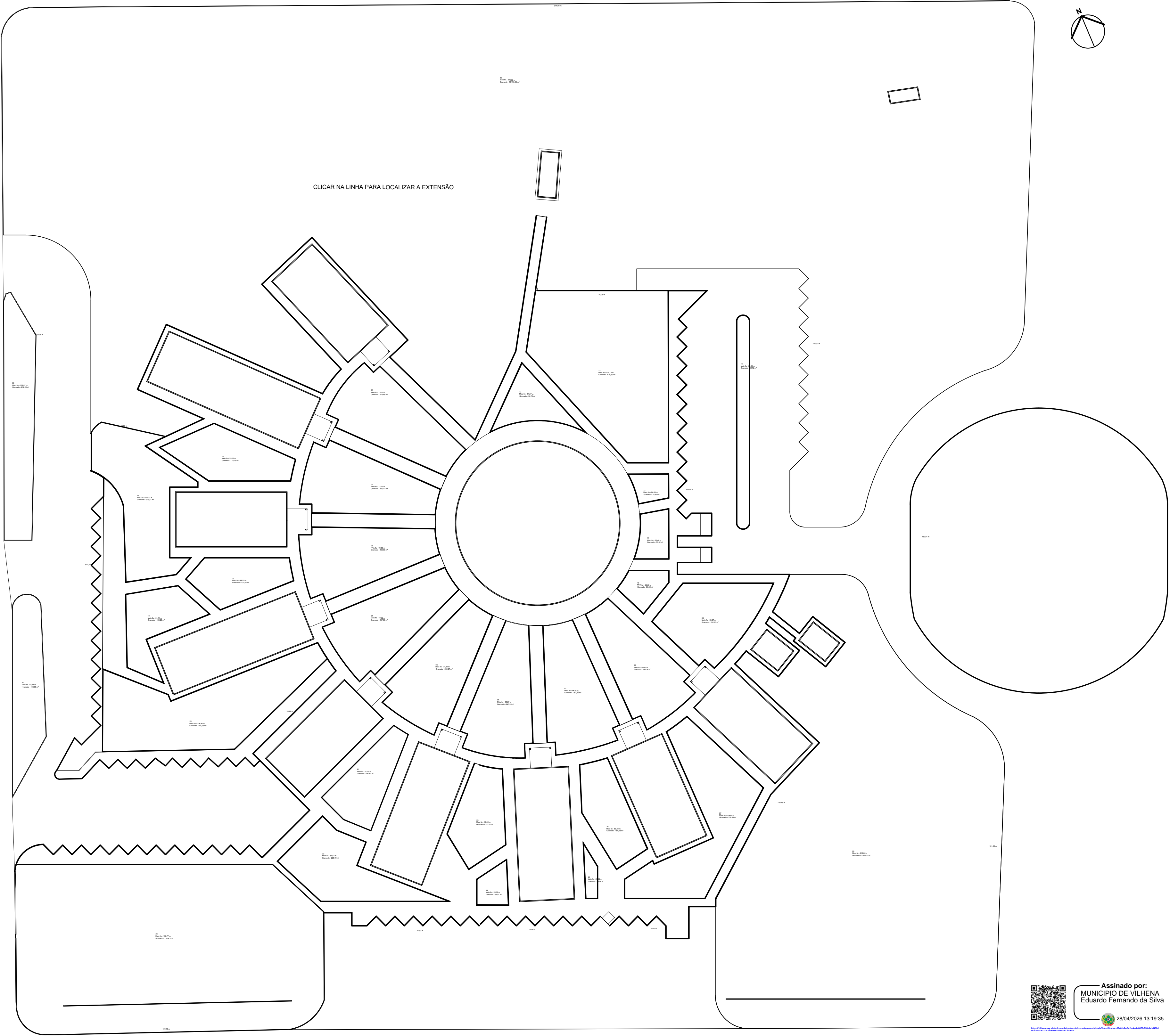
PRANCHA
01 / 01

PROJETO


Nº ARQUIVO

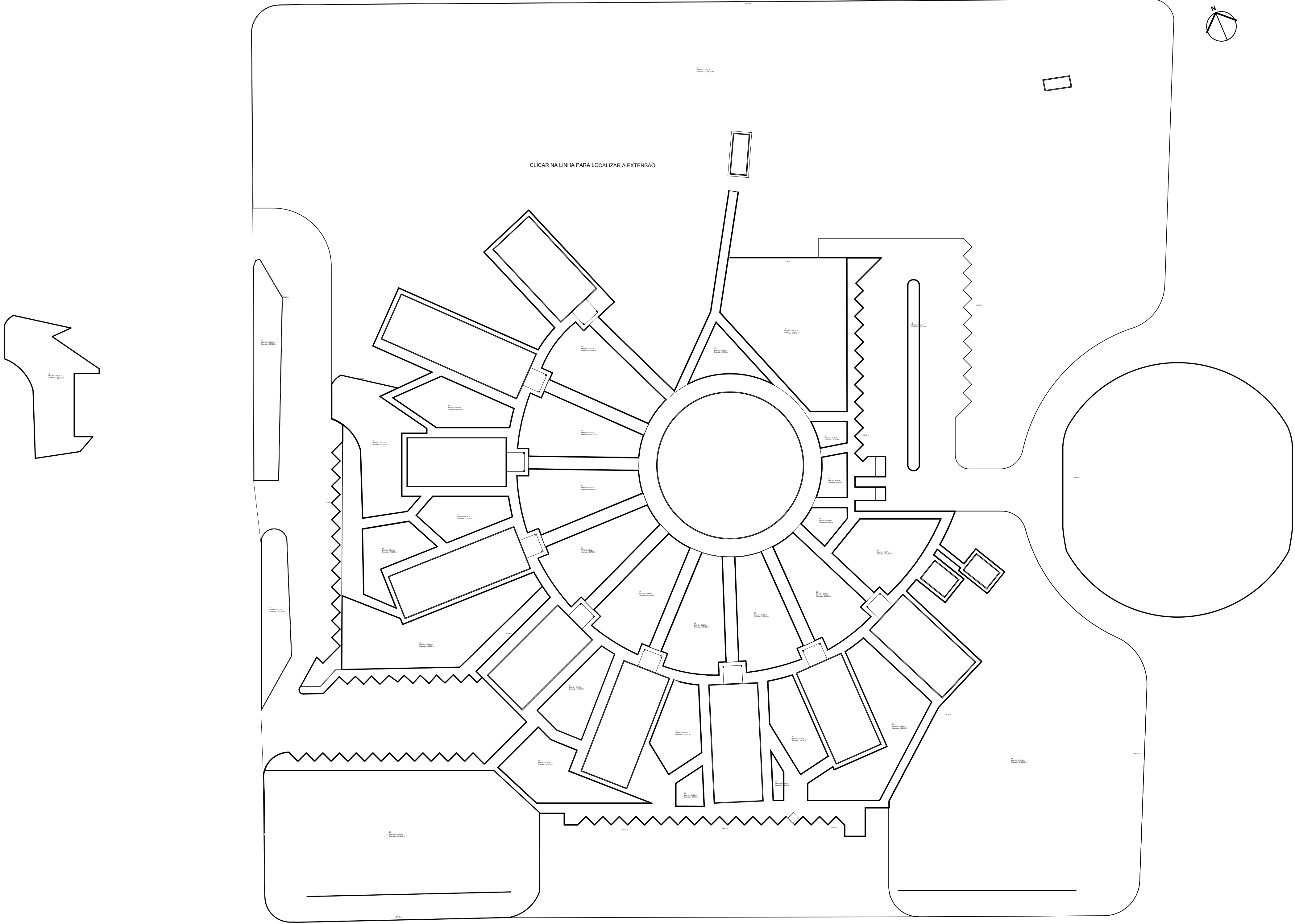
DESENHISTA
EDUARDO FERNANDO DA SILVA

OBSERVAÇÕES




OBSERVAÇÕES

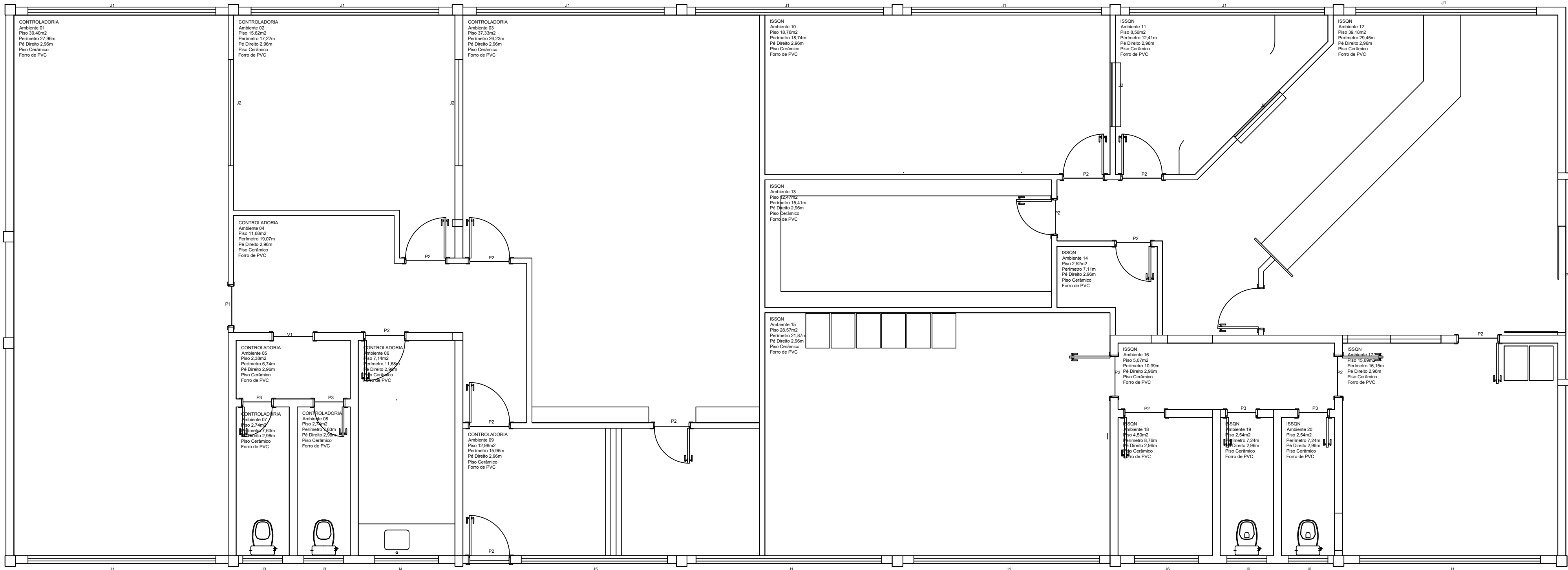
	Estado de Rondônia Prefeitura Municipal de Vilhena	
SEMPPLAN Secretaria Municipal de Planejamento		
"AS BUILT" - GRAMADO		
AUTOR DO PROJETO EDUARDO FERNANDO DA SILVA		
ENDEREÇO Rua Antônio Quintino Gomes, 3.695 - Jardim América		ÁREA 24.145,88 m2
APROVAÇÃO	ASSINATURAS	
	AUTOR DO PROJETO	
	RESPONSÁVEL TÉCNICO	
	CREA - ART nº	
ESCALA: 1:500	PRANCHA 01 / 01	PROJETO
DATAS 08/01/2025 - Elaboração 27/04/2026 - Revisão		
Nº ARQUIVO	DESENHISTA EDUARDO FERNANDO DA SILVA	
OBSERVAÇÕES		



OBSERVAÇÕES

		Estado de Rondônia Prefeitura Municipal de Vilhena	
		SEMPPLAN Secretaria Municipal de Planejamento	
"AS BUILT" - MEIO-FIO			
AUTOR DO PROJETO EDUARDO FERNANDO DA SILVA			
ENDEREÇO Rua Antônio Quintino Gomes, 3.695 - Jardim América		EXTENSÃO 10.291,97 m	
APROVAÇÃO		ASSINATURAS	
		AUTOR DO PROJETO	
		RESPONSÁVEL TÉCNICO	
CREA - ART nº			
ESCALA: 1:500	PRANCHA 01 / 01	PROJETO	
DATAS 09/01/2025 - Elaboração 27/04/2025 - Revisão			
Nº ARQUIVO		DESENHISTA EDUARDO FERNANDO DA SILVA	
OBSERVAÇÕES			

Assinado por:
MUNICÍPIO DE VILHENA
Eduardo Fernando da Silva
28/04/2025 13:19:20



Estado de Rondônia
Prefeitura Municipal de Vilhena

SEMPPLAN
Secretaria Municipal de Planejamento

"AS BUILT" - ISSQN

AUTOR DO PROJETO
EDUARDO FERNANDO DA SILVA

ENDEREÇO
Paço Municipal

ÁREA
295,20m²

APROVAÇÃO

ASSINATURAS

AUTOR DO PROJETO

RESPONSÁVEL TÉCNICO

CREA - ART nº

ESCALA:
1:50

PRANCHA

PROJETO

DATAS
08/01/2025 - Elaboração
27/04/2026 - Revisão

01 / 01

Nº ARQUIVO

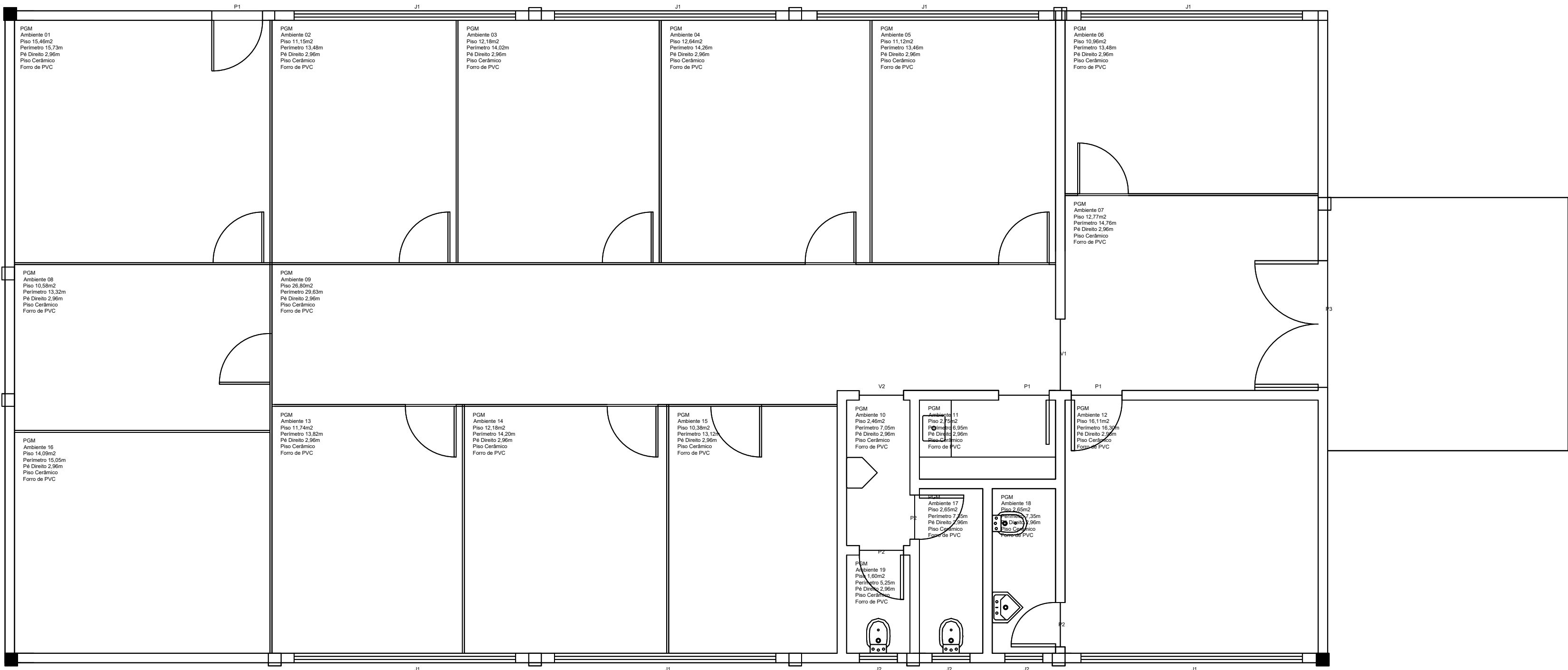
DESENHISTA
EDUARDO FERNANDO DA SILVA

OBSERVAÇÕES



Assinado por:
MUNICÍPIO DE VILHENA
Eduardo Fernando da Silva

28/04/2026 13:19:59



Estado de Rondônia
Prefeitura Municipal de Vilhena

SEMPPLAN
Secretaria Municipal de Planejamento

"AS BUILT" - PGM

AUTOR DO PROJETO
EDUARDO FERNANDO DA SILVA

ENDEREÇO
Paço Municipal

ÁREA
215,40m²

APROVAÇÃO

ASSINATURAS

AUTOR DO PROJETO

RESPONSÁVEL TÉCNICO

CREA - ART nº

ESCALA:

1:50

PRANCHA

01 / 01

PROJETO

DATAS
08/01/2025 - Elaboração
27/04/2026 - Revisão

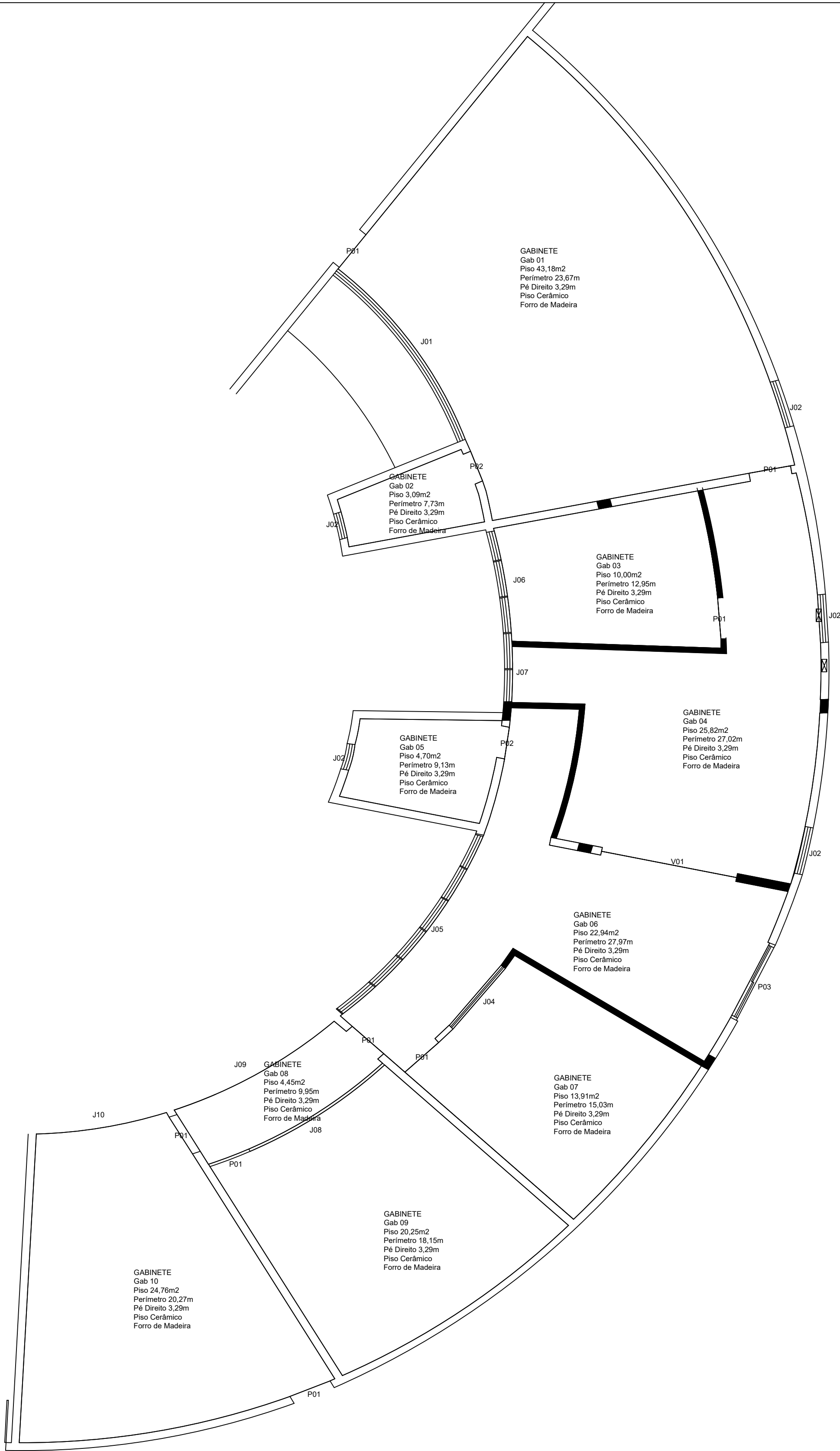
Nº ARQUIVO

DESENHISTA
EDUARDO FERNANDO DA SILVA

OBSERVAÇÕES



Assinado por:
MUNICÍPIO DE VILHENA
Eduardo Fernando da Silva
28/04/2026 13:20:13



Assinado por:
MUNICÍPIO DE VILHENA
Eduardo Fernando da Silva
28/04/2026 13:20:28

OBSERVAÇÕES



Estado de Rondônia
Prefeitura Municipal de Vilhena

SEMPLAN
Secretaria Municipal de Planejamento

"AS BUILT" - GABINETE

AUTOR DO PROJETO
EDUARDO FERNANDO DA SILVA

ENDEREÇO
Rua Antônio Quintino Gomes, 3.695 - Jardim América

ÁREA
173,10 m2

APROVAÇÃO

ASSINATURAS

AUTOR DO PROJETO

RESPONSÁVEL TÉCNICO

CREA - ART nº

ESCALA:
1:50

PRANCHA

PROJETO

DATAS
08/01/2025 - Elaboração
27/04/2026 - Revisão

01 / 01

Nº ARQUIVO

DESENHISTA
EDUARDO FERNANDO DA SILVA

OBSERVAÇÕES

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS:

1.1. O presente Estudo Técnico Preliminar – ETP é parte integrante do Processo Administrativo nº **4037/2026** e ficará disponível aos interessados para consulta, assegurando-se, assim, o direito fundamental de acesso à informação em atendimento aos princípios básicos da administração pública.

1.2. OBJETIVO:

1.2.1 O presente Estudo Técnico Preliminar – ETP constitui a fase inicial do planejamento da contratação pública, nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, tendo como finalidade caracterizar o interesse público envolvido, bem como identificar a solução mais adequada para atendimento da necessidade administrativa.

1.3. ÁREA REQUISITANTE/ RESPONSÁVEL:

1.3.1. Secretaria Municipal de Administração.

1.3.1.1. Responsável:

Valentin Gabriel – Secretário Municipal de Administração.

1.4 DIRETRIZES QUE NORTEARÃO ESTE ETP:

1.4.1. Lei nº 14.133/2021.

1.4.2. Instrução Normativa nº 003/2024/CGM/PGM.

1.4.3. Decreto Municipal nº 59.672/2023;

1.4.4. Decreto Municipal nº 63.769/2024.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE:

2.1 A necessidade da contratação decorre da obrigação da Administração Pública de assegurar condições adequadas de higiene, salubridade e segurança sanitária nos prédios públicos municipais, por meio do controle contínuo de pragas urbanas, tais como insetos, roedores, cupins e morcegos, pombos, maritacas, etc. A proliferação dessas pragas pode comprometer a saúde dos servidores e usuários dos serviços públicos, além de causar danos estruturais aos imóveis e prejuízos às atividades administrativas.

2.2 A ausência de medidas preventivas e corretivas adequadas pode resultar em riscos sanitários, contaminação de ambientes, deterioração de bens públicos e eventual



responsabilização administrativa do ente público. Nesse contexto, a contratação de empresa especializada mostra-se necessária para garantir a manutenção de ambientes seguros e adequados ao funcionamento das unidades administrativas.

2.3 A demanda foi formalizada no âmbito do processo administrativo, contemplando a necessidade de realização de desinsetização, desratização, descupinização, desmorcegação e dedetização em geral, abrangendo áreas internas e externas dos prédios públicos municipais, cujo dimensionamento será realizado com base na metragem das áreas a serem atendidas, conforme informações fornecidas pela Secretaria Municipal de Planejamento.

3. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Art. (18º §1º Inciso II da Lei 14.133/21):

3.1 Registra-se que a presente contratação não se encontra prevista no Plano de Contratações vigente, tratando-se de demanda superveniente identificada pela Administração no curso da gestão, decorrente da necessidade de manutenção das condições adequadas de higiene e salubridade nos prédios públicos municipais, bem como da prevenção de riscos sanitários associados à proliferação de pragas urbanas.

3.2 Ainda que não prevista inicialmente no planejamento anual, a contratação mostra-se necessária e inadiável, tendo em vista o interesse público envolvido, uma vez que visa garantir ambientes seguros e adequados ao funcionamento das unidades administrativas, prevenir danos à saúde dos servidores e usuários dos serviços públicos, evitar prejuízos estruturais aos imóveis e assegurar o cumprimento das normas sanitárias aplicáveis, não sendo possível postergar sua realização sem comprometer a regular prestação dos serviços públicos.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 18º §1º Inciso III da Lei 14.133/21):

A presente contratação caracteriza-se por serviço comum, haja vista que o objeto possui padrões de desempenho e qualidade que são objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, para fins do disposto na Lei nº. 14.133, de 01 de abril de 2021.

4.1 A empresa contratada deverá atender à Resolução ANVISA RDC nº 622/2022, que dispõe sobre o funcionamento de empresas especializadas na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas e dá outras providências. Ademais, deve atender, no que couber:



- a) As recomendações, prescrições e manuais dos fabricantes;
- b) NBR 15584 – Controle de vetores e pragas urbanas;
- c) Aos preceitos das Normas Regulamentadoras – NR, estabelecidas pelo MTE, através de sua Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho – SSST, vigentes e atualizadas;
- d) Instrução Normativa ANVISA nº 09/2010 – Dispõe sobre a restrição à utilização de componentes mascarantes nos produtos saneantes desinfestantes;
- e) RDC nº 339, de 07/12/2005, da ANVISA – Dispõe sobre o uso de iscas em gel;
- f) RDC nº 34, de 16/08/2010, do Ministério da Saúde – Regulamento técnico para Produtos Saneantes Desinfestantes;
- g) RDC nº 59, de 17/12/2010, da ANVISA – Dispõe sobre os procedimentos e requisitos técnicos para a notificação e o registro de produtos saneantes;
- h) Lei nº 6360, de 23/09/1976 – Dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os produtos saneantes;
- i) Instrução Normativa IBAMA nº 31, de 03/12/2009 – Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais;
- j) Lei nº 6.938, de 31/08/1981 – Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins, mecanismos de formulação e aplicação;
- k) Decreto nº 96.044, de 18/05/1988, e Portaria nº 204, de 20/05/1997, do Ministério dos Transportes – Regulamentam o transporte rodoviário de produtos perigosos;
- l) Decreto nº 7.746, de 05/06/2012 – Critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal;
- m) Decreto nº 2.657, de 03/07/1998 – Promulga a Convenção nº 170 da OIT, relativa à segurança na utilização de produtos químicos no trabalho.
- n) Atender às normas e padrões de higiene ambiental e às Resoluções da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA (RDC números: 18/2000, 20/2010 e 622/2022).
- o) Demais legislações e normas técnicas vigentes que regulam os serviços prestados e produtos aplicados.



4.2 A aquisição será realizada mediante procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento do tipo menor preço global, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.3 A empresa a ser contratada para prestação dos serviços de controle de vetores e pragas urbanas deverá observar as recomendações e normas dispostas na legislação vigente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, Ministério da Saúde e outros, bem como apresentar o seguinte:

- a) **Para habilitação jurídica:** deverá apresentar ato de registro, autorização ou licença para funcionamento expedido pelo órgão competente do Estado, do Distrito Federal e/ou do Município onde estiver instalada, nos termos da Lei nº 6.360 /1976, do Decreto nº 8.077/2013, artigos 5º e 9º da Instrução Normativa Ibama nº 141, de 19/12/2006, da RDC ANVISA nº 52, de 22/10/2009 e legislação e normatização correlata;
- b) **Para qualificação técnica:** deverá apresentar Registro no Conselho Profissional afeito à categoria do respectivo Responsável Técnico para prestar serviços de controle de vetores e pragas urbanas, nos termos da Lei nº 6.360 /1976, do Decreto nº 8.077/2013, e RDC ANVISA n.º 622/2022;
- c) **Para comprovação da capacitação técnico-profissional:** indicar, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro, devidamente reconhecido pela respectiva entidade profissional, detentor de atestado de responsabilidade técnica (Certidão de Acervo Técnico ou documento equivalente) relativo à execução dos serviços de controle de vetores e pragas urbanas, nos termos da Lei nº 6.360 /1976, do Decreto nº 8.077/2013 e RDC ANVISA n.º 622/2022. Em princípio, biólogos, veterinários, químicos, engenheiros químicos, farmacêuticos e agrônomos, que possuam a devida comprovação emitida pelos respectivos Conselhos de representação profissional, poderão exercer a função de Responsável Técnico em empresas de Controle de Pragas e Vetores. Demais requisitos estarão escritos detalhadamente no Termo de Referência.

4.4 Definição E Justificativa da Natureza Continuada do Serviço



4.4.1 Os serviços de controle de vetores e pragas urbanas possuem natureza continuada, uma vez que sua execução destina-se ao atendimento permanente das necessidades de higiene, salubridade e segurança sanitária dos prédios públicos municipais, sendo indispensáveis à manutenção das condições adequadas de funcionamento das unidades administrativas.

4.4.2 A interrupção dos serviços pode ocasionar a proliferação de insetos, roedores e demais pragas urbanas, comprometendo a saúde dos servidores e usuários dos serviços públicos, causando riscos sanitários, prejuízos estruturais aos imóveis públicos e impacto negativo na continuidade das atividades administrativas.

4.4.3 Embora as aplicações ocorram de forma periódica, a necessidade administrativa é permanente e contínua, exigindo monitoramento preventivo e corretivo ao longo do tempo, razão pela qual a contratação caracteriza-se como serviço contínuo, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

5. LEVANTAMENTO DA DEMANDA (Art. 18º §1º Inciso IV da Lei 14.133/21):

5.1 A demanda contempla a prestação de serviços continuados de controle de vetores e pragas urbanas em todas as dependências do Paço Municipal e nas unidades administrativas vinculadas à Secretaria Municipal de Administração – SEMAD, abrangendo áreas internas e externas das edificações públicas utilizadas para o desenvolvimento das atividades administrativas do Município.

5.2 A contratação visa assegurar condições adequadas de higiene, salubridade e segurança sanitária nos ambientes públicos sob gestão da SEMAD, mediante execução periódica de serviços de desinsetização, desratização, descupinização, desmorcegação, manejo e desalojamento de pombos, maritacas e fauna sinantrópica alada e demais procedimentos necessários ao controle preventivo e corretivo de pragas urbanas.

5.3 A execução dos serviços deverá considerar as características específicas de cada unidade administrativa, incluindo áreas de circulação, ambientes de atendimento ao público, salas administrativas, depósitos, almoxarifados, arquivos, copas, cozinhas, banheiros, áreas técnicas, forros, redes de esgoto, caixas de gordura, áreas externas e demais locais suscetíveis à proliferação de vetores e pragas urbanas.



5.4 O dimensionamento da contratação será realizado com base na metragem das áreas a serem atendidas, conforme levantamento técnico solicitado à Secretaria Municipal de Planejamento – SEMPLAN no âmbito do Processo Administrativo nº 4037/2026.

5.5 A relação completa das unidades contempladas, contendo identificação dos prédios públicos, respectivos endereços e metragens estimadas das áreas internas e externas, seguirá anexa ao Termo de Referência e ao instrumento convocatório, constituindo parâmetro para elaboração das propostas e execução dos serviços.

5.6 A contratação também deverá contemplar atendimentos corretivos e emergenciais, sempre que identificadas situações de infestação ou risco sanitário que demandem intervenção imediata, observadas as condições e prazos que serão definidos no Termo de Referência

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO (Art. 18º §1º Inciso V da Lei 14.133/21):

6.1 O levantamento de mercado foi realizado com o objetivo de identificar as soluções disponíveis para atendimento da necessidade administrativa relacionada à execução de serviços de controle de vetores e pragas urbanas no âmbito dos prédios públicos municipais.

6.2 Inicialmente, verificou-se a possibilidade de execução direta dos serviços pela própria Administração Pública, mediante aquisição de insumos, equipamentos e disponibilização de servidores para realização das aplicações e controle sanitário.

6.3 Entretanto, a alternativa de execução direta mostrou-se tecnicamente e operacionalmente inviável, considerando que o Município não dispõe de estrutura técnica especializada, profissionais habilitados, equipamentos específicos e licenciamento sanitário necessário para execução dos serviços, nos termos da Resolução RDC nº 622/2022 da ANVISA.

6.4 Ademais, a manipulação, armazenamento, transporte e aplicação de produtos químicos utilizados no controle de vetores e pragas urbanas exigem conhecimento técnico especializado, observância de normas sanitárias e ambientais específicas, utilização de equipamentos adequados e acompanhamento por responsável técnico legalmente habilitado.

6.5 Também foi analisada a possibilidade de contratação eventual e não continuada, mediante demandas isoladas. Contudo, tal alternativa não se mostrou adequada ao interesse público, tendo em vista que o controle de pragas urbanas exige monitoramento periódico e aplicações preventivas contínuas, sob pena de rápida reinfestação dos ambientes.



6.6 Verificou-se, ainda, que a solução amplamente adotada pela Administração Pública para objetos dessa natureza consiste na contratação de empresa especializada para prestação continuada dos serviços, com fornecimento de mão de obra qualificada, equipamentos, materiais, insumos, produtos saneantes e assistência técnica necessária.

6.7 Dentre as alternativas analisadas, conclui-se que a contratação de empresa especializada para prestação continuada dos serviços de controle de vetores e pragas urbanas apresenta-se como a solução mais vantajosa sob os aspectos técnico, operacional e econômico, considerando:

- a) a inexistência de estrutura própria adequada;
- b) a necessidade de atendimento contínuo e preventivo;
- c) a exigência de licenciamento sanitário específico;
- d) a necessidade de utilização de produtos e técnicas especializadas;
- e) a redução de riscos sanitários e estruturais;
- f) a maior eficiência na execução dos serviços.

6.8 Dessa forma, a solução escolhida mostra-se compatível com o interesse público e adequada às necessidades identificadas pela Administração Municipal.

7. ESTIMATIVA DE VALOR (Art. 18º §1º Inciso VI da Lei 14.133/21):

A estimativa do valor da contratação foi elaborada em consonância com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, observando os parâmetros e procedimentos aplicáveis à pesquisa de preços para contratação de serviços no âmbito da Administração Pública.

7.1 Para formação do valor estimado da contratação, foram utilizados como parâmetros principais os preços praticados pela Administração Pública, apurados mediante consultas a contratações públicas disponíveis no Painel de Preços do Governo Federal, Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e demais fontes consolidadas por meio da ferramenta Banco de Preços.

7.2 A composição do valor estimado considerou a abrangência da contratação, incluindo todas as unidades administrativas vinculadas à Secretaria Municipal de Administração – SEMAD, bem como as características específicas dos serviços a serem executados, especialmente:

- a) metragem das áreas internas e externas;



- b) periodicidade das aplicações;
- c) natureza preventiva e corretiva dos serviços;
- d) fornecimento de mão de obra especializada;
- e) disponibilização de equipamentos, ferramentas, materiais e insumos;
- f) utilização de produtos saneantes devidamente registrados;
- g) atendimentos emergenciais eventualmente necessários;
- h) deslocamentos e logística operacional.

7.3 A memória de cálculo detalhada do Item 1, contendo os parâmetros utilizados, metodologia aplicada, fontes consultadas e documentos comprobatórios da pesquisa de preços, será devidamente juntada aos autos do processo administrativo, assegurando transparência, rastreabilidade e conformidade com as exigências legais e regulamentares aplicáveis.

Item	Descrição do Serviço	Und	Qtd	Valor unitário estimado (R\$/m²)	Total (R\$) (24 meses)
1	Prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas, compreendendo desinsetização, desratização, dedetização, descupinização e desalojamento/manejo de pombos, morcegos, maritacas e demais animais sinantrópicos, em áreas internas e externas do Paço Municipal, Junta Médica/SESMT e Almoxarifado Central, incluindo fornecimento de mão de obra qualificada, materiais, equipamentos, ferramentas, insumos e produtos necessários à execução dos serviços, com aplicações semestrais durante a vigência contratual, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência.	m²	124.604,00	0,30	37.381,20



7.4 A metragem estimada de 31.151,00 m² corresponde à área total abrangida pela contratação, sendo previstas 04 (quatro) aplicações semestrais durante a vigência inicial de 24

(vinte e quatro) meses, resultando em quantitativo global estimado de 124.604,00 m² para fins de estimativa da contratação.

7.5 Assim, o valor estimado para a contratação é de R\$ 37.381,20 (trinta e sete mil trezentos e oitenta e um reais e vinte centavos).

7.6 Para fins de dimensionamento do objeto da contratação, foram utilizadas as informações técnicas de metragem fornecidas pela Secretaria Municipal de Planejamento – SEMPLAN, constantes no levantamento de áreas elaborado no âmbito do Processo Administrativo nº 4037/2026, contemplando as áreas internas e externas do Paço Municipal, Junta Médica/SESMT e Almoxarifado Central, cuja tabela resumida seguirá inserida no presente Estudo Técnico Preliminar, bem como anexa aos autos do processo administrativo.

7.7 Registra-se que o levantamento técnico encaminhado pela SEMPLAN contemplou, além das áreas mensuradas em metro quadrado (m²), item específico referente à extensão de meio-fio do Paço Municipal, medido em metros lineares, totalizando 10.291,97 m.

7.8 Entretanto, considerando que a contratação será executada e remunerada com unidade de fornecimento em metro quadrado (m²), conforme padrão predominante das contratações similares utilizadas na pesquisa de preços, optou-se pela desconsideração do quantitativo referente ao meio-fio na composição da metragem estimada da contratação, a fim de assegurar compatibilidade técnica entre o objeto licitado, a metodologia de medição e os parâmetros mercadológicos utilizados na formação do valor estimado.

7.9 A inclusão de quantitativo medido em metros lineares juntamente com áreas medidas em metro quadrado poderia gerar inconsistência técnica na composição da estimativa de preços, bem como distorção do valor estimado da contratação, razão pela qual foram considerados exclusivamente os quantitativos efetivamente mensurados em metro quadrado (m²), sem prejuízo de que o tratamento perimetral e aplicações em áreas externas permaneçam abrangidos pela execução contratual.

7.10 Dessa forma, após a exclusão do quantitativo correspondente ao item “extensão de meio-fio do Paço Municipal”, a metragem total estimada para execução dos serviços constantes do Item na contratação resultou em 31.150,63 m², sendo adotado para fins operacionais e de contratação o quantitativo arredondado de 31.151,00 m².



8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (Art. 18º §1º Inciso VII da Lei 14.133/21):

8.1 A solução consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas, compreendendo desinsetização, desratização, dedetização, descupinização e desalojamento/manejo de pombos, morcegos, maritacas e demais animais sinantrópicos, em áreas internas e externas dos prédios públicos municipais.

8.2 A contratação deverá contemplar o fornecimento integral de mão de obra qualificada, materiais, equipamentos, ferramentas, insumos, produtos saneantes desinfestantes, equipamentos de proteção individual – EPIs e demais itens necessários à execução adequada dos serviços.

8.3 Os serviços deverão ser executados mediante técnicas apropriadas e autorizadas pelos órgãos competentes, incluindo pulverização, atomização, termonebulização, aplicação em gel, iscagem, polvilhamento, armadilhas físicas, repelência, desalojamento, barreiras físicas e demais métodos compatíveis com as características de cada ambiente e tipo de infestação.

8.4 Os produtos utilizados deverão possuir registro junto à ANVISA e observar integralmente a legislação sanitária e ambiental aplicável, sendo vedada a utilização de substâncias proibidas ou em desacordo com as normas técnicas vigentes.

8.5 A execução deverá ocorrer de forma periódica e preventiva, com aplicações programadas conforme cronograma definido pela Administração, sem prejuízo da realização de aplicações corretivas e atendimentos emergenciais quando identificada necessidade.

8.6 A solução deverá assegurar:

- a) manutenção das condições adequadas de higiene e salubridade;
- b) redução dos riscos de proliferação de vetores e pragas;
- c) preservação do patrimônio público;
- d) segurança dos servidores e usuários dos serviços públicos;
- e) conformidade com as normas sanitárias e ambientais vigentes;
- f) continuidade das atividades administrativas.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO (Art. 18º §1º Inciso VIII da Lei 14.133/21):



9.1 A contratação não será parcelada, considerando que os serviços possuem natureza integrada e demandam padronização técnica, operacional e metodológica.

9.2 O eventual parcelamento da solução poderia comprometer a eficiência da execução contratual, dificultar o gerenciamento e fiscalização dos serviços, gerar conflitos de responsabilidade entre diferentes prestadores e comprometer a uniformidade dos procedimentos adotados.

9.3 Ademais, a execução por única empresa favorece:

- a) padronização das técnicas e produtos utilizados;
- b) centralização da responsabilidade técnica;
- c) maior eficiência operacional;
- d) melhor controle contratual;
- e) maior economicidade administrativa.

10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (Art. 18º §1º Inciso IX da Lei 14.133/21):

10.1 Garantir condições adequadas de higiene, salubridade e segurança sanitária nos prédios públicos municipais.

10.2 Reduzir a incidência e proliferação de vetores e pragas urbanas nas unidades administrativas do Município.

10.3 Minimizar riscos de transmissão de doenças, contaminações e danos à saúde dos servidores, colaboradores e usuários dos serviços públicos.

10.4 Preservar a integridade física e estrutural dos imóveis públicos, mobiliários, equipamentos, arquivos e materiais armazenados.

10.5 Assegurar a continuidade regular das atividades administrativas e do atendimento ao público.

10.6 Promover maior eficiência administrativa mediante adoção de medidas preventivas contínuas, reduzindo a necessidade de intervenções emergenciais e custos decorrentes de infestações severas.

10.7 Garantir conformidade com as normas sanitárias, ambientais e de segurança aplicáveis ao objeto contratado.



11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO (Art. 18º §1º Inciso X da Lei 14.133/21):

11.1 Previamente à formalização do contrato ou instrumento equivalente, deverão ser adotadas as seguintes providências administrativas, no âmbito da fase preparatória da contratação:

- a) Conclusão, revisão técnica e aprovação formal do Estudo Técnico Preliminar, com a adequada motivação da necessidade, definição da solução para prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas, compreendendo desinsetização, desratização, dedetização, descupinização e desalojamento/manejo de pombos, morcegos, maritacas e demais animais sinantrópicos, bem como consolidação da estimativa de valor da contratação;
- b) Elaboração e aprovação do Termo de Referência, contendo descrição detalhada do objeto, especificações técnicas mínimas, periodicidade das aplicações, quantitativos, áreas abrangidas, prazos e condições de execução, critérios de recebimento provisório e definitivo, exigências relacionadas à utilização de produtos devidamente registrados nos órgãos competentes, comprovação de responsável técnico e demais condições necessárias à adequada execução contratual;
- c) Definição fundamentada da modalidade de licitação, critério de julgamento e modo de disputa, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e com a regulamentação municipal vigente;
- d) Comprovação da disponibilidade orçamentária e financeira, mediante indicação da dotação específica e realização da correspondente reserva, observada a programação orçamentária do exercício;
- e) Consolidação da pesquisa de preços nos autos, com memória de cálculo detalhada, indicação das fontes consultadas e justificativa da metodologia adotada para formação do valor estimado;
- f) Submissão do processo à análise jurídica prévia, quando exigida pela normativa interna, bem como às manifestações técnicas das áreas competentes quanto à regularidade e viabilidade da contratação;



- g) Designação formal do gestor e do fiscal do contrato, antes da assinatura do instrumento contratual, com definição clara de atribuições relacionadas ao acompanhamento da execução dos serviços, fiscalização das aplicações, verificação do cumprimento das obrigações contratuais e ateste da execução.
- h) Adoção das providências de publicidade e transparência aplicáveis, incluindo a divulgação do edital e o registro dos atos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos sistemas oficiais utilizados pelo Município, conforme regulamentação vigente.

11.2 Cumpridas as providências acima, o processo estará apto à formalização do instrumento contratual ou equivalente, observando-se os princípios do planejamento, legalidade, eficiência, economicidade, transparência, segregação de funções e segurança jurídica.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (Art. 18º §1º Inciso XI da Lei 14.133/21):

12.1A A presente contratação não depende da celebração de outras contratações correlatas ou interdependentes para sua execução, tratando-se de serviço autônomo de controle de vetores e pragas urbanas destinado à manutenção das condições sanitárias adequadas nos prédios públicos vinculados à Secretaria Municipal de Administração – SEMAD.

12.2 O objeto possui natureza independente e execução periódica mediante aplicações preventivas e corretivas, não estando condicionado à aquisição de equipamentos, sistemas adicionais ou serviços complementares para sua adequada execução.

12.3 Os serviços serão executados diretamente nas dependências do Paço Municipal, Junta Médica/SESMT e Almoxarifado Central, sem necessidade de contratação complementar para sua operacionalização.

12.4 Eventuais futuras ampliações das áreas atendidas ou inclusão de novas unidades administrativas poderão demandar adequações quantitativas ou novas contratações, o que não configura interdependência contratual, mas necessidade administrativa superveniente decorrente da dinâmica operacional da Administração Pública.

13. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS (Art. 18º §1º Inciso XII da Lei 14.133/21):



13.1 A presente contratação envolve a execução de serviços de controle de vetores e pragas urbanas mediante utilização de produtos saneantes desinfestantes, podendo ocasionar impactos ambientais de baixa magnitude quando não observadas as normas sanitárias, ambientais e de segurança aplicáveis.

13.2 Os possíveis impactos ambientais associados ao objeto decorrem principalmente da manipulação, aplicação e descarte de produtos químicos utilizados no controle de pragas urbanas, bem como da destinação inadequada de embalagens, resíduos e materiais utilizados durante a execução dos serviços.

13.3 Como medidas mitigadoras e práticas alinhadas ao desenvolvimento sustentável, serão adotadas as seguintes diretrizes:

- a) utilização exclusiva de produtos devidamente registrados na ANVISA e autorizados pelos órgãos competentes;
- b) execução dos serviços por profissionais capacitados e sob responsabilidade técnica habilitada;
- c) utilização adequada de equipamentos de proteção individual – EPIs;
- d) observância das normas sanitárias, ambientais e de segurança do trabalho aplicáveis;
- e) destinação ambientalmente adequada das embalagens e resíduos eventualmente gerados durante a execução contratual.

13.4 Considerando a natureza e dimensão do objeto, conclui-se que os impactos ambientais são controláveis mediante observância das normas técnicas e ambientais aplicáveis, sendo suficientes as práticas ordinárias de controle e mitigação a serem adotadas pela contratada.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA (Art. 18º §1º Inciso XIII da Lei 14.133/21):

14.1 À vista das análises realizadas no presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas, compreendendo desinsetização, desratização, dedetização, descupinização e desalojamento/manejo de pombos, morcegos, maritacas e demais animais sinantrópicos, mostra-se técnica e economicamente viável.



14.2 A solução definida atende adequadamente à necessidade de manutenção das condições sanitárias, higiene e salubridade dos prédios públicos municipais, contribuindo para prevenção de infestações, redução de riscos à saúde dos servidores e usuários dos serviços públicos, preservação das estruturas físicas e continuidade das atividades administrativas.

14.3 O levantamento de mercado demonstrou a ampla disponibilidade do objeto, com fornecedores aptos a atender às especificações técnicas estabelecidas, preservando-se o caráter competitivo do certame e a observância aos princípios da isonomia e da vantajosidade.

14.4 A estimativa de valor foi elaborada com base em parâmetros compatíveis com contratações públicas similares, em conformidade com a legislação vigente, não havendo indícios de sobrepreço ou subestimação que comprometam a futura contratação.

14.5 Verificou-se, ainda, que a solução não depende de contratações interdependentes obrigatórias, é operacionalmente exequível com os recursos atualmente disponíveis pela Administração e apresenta impactos ambientais controláveis mediante observância das normas sanitárias e ambientais aplicáveis.

14.6 Diante do exposto, conclui-se pela adequação da contratação pretendida, por atender ao interesse público, assegurar a manutenção das condições adequadas de higiene e salubridade das unidades administrativas e observar os princípios do planejamento, eficiência, economicidade, legalidade, transparência e boa governança previstos na Lei nº 14.133/2021.

15. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:

15.1 Declara-se VIÁVEL a contratação proposta no presente Estudo Técnico Preliminar, tendo-se constatado a necessidade administrativa contínua de manutenção das condições sanitárias adequadas nas dependências do Paço Municipal, Junta Médica/SESMT e Almoxarifado Central, mediante execução periódica de serviços de controle de vetores e pragas urbanas.

15.2 A solução definida — contratação de empresa especializada para prestação de serviços de desinsetização, desratização, dedetização, descupinização e desalojamento/manejo de pombos, morcegos, maritacas e demais animais sinantrópicos — mostrou-se tecnicamente adequada, operacionalmente exequível e compatível com as necessidades administrativas identificadas pela Secretaria Municipal de Administração – SEMAD.



15.3 Como medida de mitigação de riscos relacionados à execução contratual, recomenda-se a exigência de comprovação de regularidade sanitária da empresa contratada, apresentação de responsável técnico legalmente habilitado e utilização de produtos devidamente registrados nos órgãos competentes, em conformidade com a legislação sanitária e ambiental aplicável.

15.4 Diante das análises técnicas, mercadológicas, orçamentárias e operacionais realizadas, conclui-se pela adequação e conveniência da contratação, opinando-se pelo prosseguimento do processo, com a elaboração do Termo de Referência e adoção das demais providências preparatórias cabíveis, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e da regulamentação municipal aplicável.

Vilhena/RO, 08 de maio de 2026.

Elaborado por:

Bruno Gabriel Pazini Sala
Matrícula 16630
Setor Orçamentário/SEMAD
(assinado eletronicamente)

De acordo:

Valentin Gabriel
Secretário Municipal de Administração
Decreto nº 63.890/2025
(assinado eletronicamente)





Assinado por: VALENTIN GABRIEL 08/05/2026 11:54:49 DOCUMENTO
ASSINADO DIGITALMENTE





ANÁLISE DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4037/2026

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas, compreendendo desinsetização, desratização, dedetização, descupinização e desalojamento/manejo de pombos, morcegos, maritacas e demais animais sinantrópicos, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Administração – SEMAD.

2. FINALIDADE DA ANÁLISE DE RISCOS

A presente Análise de Riscos tem por finalidade identificar, avaliar e propor medidas preventivas e mitigadoras relacionadas à futura contratação dos serviços de controle de vetores e pragas urbanas, visando reduzir a probabilidade de ocorrências que possam comprometer a execução contratual, a continuidade das atividades administrativas, a segurança sanitária dos ambientes públicos e a obtenção do resultado pretendido pela Administração Pública.

A análise foi elaborada em observância aos princípios do planejamento, eficiência, gestão por resultados e prevenção de riscos previstos na Lei nº 14.133/2021.

3. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

Os riscos foram avaliados considerando:

- Probabilidade de ocorrência;
- Impacto administrativo, operacional, financeiro e sanitário;
- Possibilidade de prevenção;
- Medidas mitigadoras e controles internos;
- Responsáveis pelo acompanhamento.

Para fins desta análise, adotam-se os seguintes critérios:

CLASSIFICAÇÃO	PROBABILIDADE	IMPACTO
BAIXO	Evento improvável	Baixo comprometimento da execução
MÉDIO	Evento possível	Impacto moderado na execução
ALTO	Evento provável ou	Grave comprometimento da



	recorrente	execução
--	------------	----------

4. IDENTIFICAÇÃO E TRATAMENTO DOS RISCOS

ITEM	RISCO IDENTIFICADO	PROBABILIDADE	IMPACTO	MEDIDAS PREVENTIVAS/MITIGADORAS	RESPONSÁVEL
01	Contratação de empresa sem capacidade técnica adequada	Médio	Alto	Exigência de qualificação técnica, licença sanitária, responsável técnico e atestados de capacidade técnica compatíveis com o objeto	Setor de Licitação/Fiscalização
02	Execução inadequada ou incompleta dos serviços	Médio	Alto	Fiscalização contínua, emissão de relatórios técnicos, recebimento provisório e definitivo e previsão de reexecução dos serviços	Fiscal do Contrato
03	Utilização de produtos sem registro ou inadequados	Baixo	Alto	Exigência de utilização de produtos registrados na ANVISA e fiscalização documental durante a execução contratual	Fiscal do Contrato
04	Reaparecimento precoce de pragas urbanas	Médio	Médio	Garantia mínima de 06 meses por aplicação e obrigação de reaplicação sem ônus para a Administração	Contratada/Fiscalização
05	Contaminação de ambientes ou exposição indevida de servidores aos produtos utilizados	Baixo	Alto	Exigência de cumprimento das normas sanitárias e utilização de profissionais capacitados e EPIs adequados	Contratada
06	Interrupção das atividades administrativas durante a execução dos serviços	Médio	Médio	Planejamento prévio das aplicações e execução em horários que minimizem impactos operacionais	SEMAD/Contratada
07	Atraso na	Médio	Médio	Definição de cronograma,	Fiscal do



**MUNICÍPIO DE
VILHENA**

	execução dos serviços contratados			fiscalização contratual e aplicação de penalidades em caso de descumprimento	Contrato
08	Danos ao patrimônio público decorrentes da execução inadequada	Baixo	Alto	Fiscalização da execução, exigência de mão de obra qualificada e responsabilização contratual da empresa	Contratada
09	Acidentes envolvendo trabalhadores ou terceiros durante a execução dos serviços	Baixo	Alto	Exigência de cumprimento das normas de segurança do trabalho e fornecimento de EPIs	Contratada
10	Descumprimento das obrigações trabalhistas, fiscais ou previdenciárias pela contratada	Médio	Médio	Exigência de regularidade fiscal e trabalhista durante toda a vigência contratual	Setor de Contratos
11	Sobrepço ou preços incompatíveis com o mercado	Baixo	Alto	Pesquisa de preços junto ao Banco de Preços e análise crítica das propostas apresentadas	Setor de Compras
12	Falhas na fiscalização contratual	Baixo	Médio	Designação formal de gestor e fiscal do contrato, com acompanhamento contínuo da execução	SEMAD
13	Necessidade de reaplicações frequentes por baixa eficácia dos serviços	Médio	Médio	Exigência de garantia contratual por aplicação e controle da qualidade dos serviços executados	Fiscalização
14	Ausência de empresas interessadas no certame	Baixo	Médio	Definição adequada das exigências de habilitação e ampla divulgação do procedimento licitatório	Setor de Licitação
15	Impugnações	Baixo	Médio	Fundamentação técnica e	Setor

	ou questionamentos quanto ao benefício regional			jurídica da aplicação do benefício regional com base em contratações similares existentes no Estado de Rondônia	Técnico/Jurídico
16	Descumprimento das normas ambientais relativas ao manejo de animais sinantrópicos	Baixo	Alto	Exigência de observância às normas ambientais e sanitárias aplicáveis ao manejo de pombos, morcegos e maritacas	Contratada/Fiscalização
17	Falha no controle de morcegos, pombos e maritacas em áreas elevadas	Médio	Médio	Exigência de equipe especializada, equipamentos adequados e métodos compatíveis com as normas ambientais	Contratada
18	Medição incorreta da metragem executada para fins de pagamento	Baixo	Médio	Conferência da metragem executada pela fiscalização contratual e emissão de relatório técnico detalhado	Fiscal do Contrato
19	Inexecução parcial do contrato	Médio	Alto	Aplicação de penalidades contratuais, fiscalização permanente e possibilidade de rescisão contratual	Administração
20	Inexecução total do contrato	Baixo	Alto	Aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, rescisão contratual e convocação remanescente, se necessário	Administração

5. ANÁLISE DOS RISCOS MAIS RELEVANTES

5.1. EXECUÇÃO INADEQUADA DOS SERVIÇOS

Trata-se de um dos principais riscos da contratação, considerando que falhas na execução dos serviços podem comprometer diretamente as condições de higiene, salubridade e segurança sanitária dos ambientes públicos.





Como medida mitigadora, a Administração estabelecerá fiscalização contínua da execução contratual, exigirá emissão de relatórios técnicos após cada aplicação, preverá garantia mínima de 06 (seis) meses por aplicação e determinará a reexecução dos serviços sempre que identificadas falhas ou reaparecimento de pragas urbanas.

5.2. UTILIZAÇÃO INADEQUADA DE PRODUTOS QUÍMICOS

A utilização inadequada de produtos químicos pode ocasionar riscos à saúde dos servidores, usuários dos prédios públicos e ao meio ambiente.

Para mitigação do risco, será exigida a utilização exclusiva de produtos devidamente registrados na ANVISA, aplicação por profissionais capacitados e observância integral das normas sanitárias, ambientais e de segurança aplicáveis.

5.3. DESCUMPRIMENTO DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Eventuais atrasos podem comprometer a eficácia preventiva dos serviços e favorecer a proliferação de pragas urbanas.

Como forma de mitigação, o contrato estabelecerá cronograma de execução, acompanhamento contínuo pela fiscalização e aplicação das penalidades previstas em caso de descumprimento contratual.

5.4. REAPARECIMENTO DE PRAGAS URBANAS

A ineficiência dos serviços poderá ocasionar reaparecimento precoce de pragas urbanas, comprometendo os resultados pretendidos pela Administração.

Como medida preventiva, será exigida garantia mínima de 06 (seis) meses para cada aplicação realizada, com obrigação de reaplicação corretiva sem custos adicionais à Administração Pública.

6. CONCLUSÃO

A análise realizada demonstra que os riscos identificados são administráveis e passíveis de mitigação mediante adoção das medidas preventivas previstas neste documento, associadas à adequada fiscalização contratual, exigências técnicas compatíveis com o objeto e observância da legislação aplicável.

Conclui-se, portanto, que a contratação mostra-se viável sob a perspectiva de gestão de riscos, sendo as medidas propostas suficientes para reduzir significativamente os impactos operacionais, administrativos, financeiros, sanitários e ambientais relacionados à execução dos serviços de controle de vetores e pragas urbanas.



Assinado por:
MUNICÍPIO DE VILHENA
BRUNO GABRIEL PAZINI SALA



25/05/2026 12:34:29

<https://vilhena.org.afrotech.com.br/protocolo/consulta-autenticidade?identificador=f084a80b-757c-42a9-b53b-6196a9b33ca6>
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE

Vilhena/RO, 25 de maio de 2026.

Elaborado por:

Bruno Gabriel Pazini Sala

Semad / Orçamento

Autorizado por:
Valentin Gabriel
Secretário Municipal de Administração
Decreto nº 63.890/2025
(assinado eletronicamente)



Assinado por:
MUNICÍPIO DE VILHENA
VALENTIN GABRIEL



25/05/2026 12:54:19

<https://vilhena.org.afrotech.com.br/protocolo/consulta-autenticidade?identificador=f084a80b-757c-42a9-b53b-6196a9b33ca6>
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE



DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
Assinatura eletrônica - Verifique o link: <https://vilhena.org.afrotech.com.br/protocolo/consulta-autenticidade?identificador=f084a80b-757c-42a9-b53b-6196a9b33ca6>